

CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 01 a 06 de dezembro de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

DESTAQUES DA SEMANA

Duas Notícias merecem destaque nessa semana vem da Vale, maior empresa brasileira de mineração. A primeira é a redução dos investimentos, pelo quarto ano consecutivo; o anúncio da intenção de separar a área de não ferrosos visando uma IPO da empresa resultante dessa segregação.

Além da mensagem óbvia trazida por essas duas notícias: a dificuldade de financiamento de suas atividades, em especial dos projetos de expansão e melhoria de produtividade, a notícia traz um dado pouco comentado, no que tange ao IPO, que ele será feito na Bolsa de Valores de Toronto.

Porque a PRIMEIRA OPÇÃO DA Vale para se capitalizar é o mercado internacional e sua primeira opção é a TSX e não a BMF-BOVESPA?

Esse é uma pergunta que incomoda, porque frequentemente temos de respondê-la em situações similares. Porque em um país dotado de tantos recursos naturais, os investidores nacionais não investem em projetos voltados para seu desenvolvimento?

A resposta pode ser ainda mais incômoda: baixo nível de poupança interna, insegurança regulatória, alto custo de oportunidade oferecido em aplicações de baixíssimo risco etc.. São muitos os argumentos que aparentemente justificam o porquê dessa deficiência do nosso mercado de capitais, mas teriam elas uma causa comum? Seria possível reduzir esse quadro a uma causa primária? Essa é a pergunta principal a ser respondida.

Se houvesse essa tal “causa primária”, ela seria como uma “doença do mercado” e tudo mais apenas seus sintomas.

Entre as muitas especulações possíveis sobre a origem da alegada aversão ao risco dos os investidores brasileiros desponta, à primeira vista, as origens históricas dos grandes empreendimentos nacionais, invariavelmente concessões com participação direta ou indireta do Governo. Assim, a cultura de empreender, no Brasil, criou uma forte dependência de garantias oferecidas pelo Governo, sejam elas legais (estabelecidas em leis e normas regulamentares) ou não (garantidas por “acertos políticos” que assegurem o retorno do investimento). Assim, quando as opções de investimento se dividem entre as garantidas pelo governo, tais como as diversas modalidades de empréstimos ao Estado, que garantem retornos elevados e “garantidos” (caderneta de poupança, títulos emitidos pelo tesouro etc.), ações de empresas em que o Estado participe direta ou indiretamente (as que ostentem a “solidez” de grandes contratos com o governo), ou de se apostar em “novos negócios”, oferecidos em um mercado sem regulação e garantias adequadas, como ficou claro nos episódios da “capitalização da Petrobrás” e da quebra das empresas “X”, não há como se desenvolver uma cultura de “*equity financing*”.

Para as empresas é, sem dúvida, melhor fazer ofertas de abertura de capital nas bolsas onde a combinação entre regulação mais confiável e custo de oportunidade (retorno oferecido pela opção de maior segurança e menor lucratividade disponível no mercado) mais baixo. E é exatamente essa combinação entre a segurança do investimento e a racionalidade do mercado financeiro, expressa na taxa de juros, que permite criar essa tão desejada cultura de financiamento de empreendimentos no mercado de ações, o capital de menor custo possível para se alavancar um investimento.

Portanto, a razão pela qual destacamos as duas notícias envolvendo a Vale está na sutileza com que ela revela as dificuldades do Brasil em oferecer condições competitivas para a sobrevivência e o crescimento das empresas nacionais. Se a maior e mais lucrativa mineradora nacional não encontra, no âmbito interno, meios adequados para melhorar sua competitividade e reduzir os custos do financiamento de sua expansão, como se sairão, então os pequenos e médios empreendedores?

Com efeito, essa dificuldade enfrentada pela Vale chega a ser dramática no dia-a-dia das empresas brasileiras especializadas em pesquisa mineral. Com elas não têm mecanismos para financiar seus projetos no Brasil, buscam *equity capital* no exterior. Assim, quando seus empreendimentos são bem sucedidos, os ganhos são apropriados por investidores estrangeiros, deixando aqui apenas a receita de empregos e impostos, nada mais.

Para que essa dependência tenha fim e o Brasil se beneficie do resultado da exploração de seus próprios recursos é preciso que o Governo assuma um compromisso com o empreendimento privado reduzindo sua voracidade fiscal e simplificando a regulamentação do mercado, a par de estimular e auto-regulamentação e o endurecimento da penalização do desrespeito às regras, de modo a torna-las mais acessíveis, confiáveis e eficazes.

Infelizmente, ainda há um descompasso bem visível entre o atual cenário de mudança estrutural no mercado, caracterizada por preços cadentes e um novo choque do petróleo, e as medidas microeconômicas voltadas para o Setor definidas na agenda das políticas públicas governamentais, centradas no aumento de carga fiscal sobre a venda de minérios, na criação de obstáculos para a expansão dos investimentos em pesquisa mineral e na da volta da CIDE sobre os combustíveis.

No nível do mercado de capitais, o que se vê no plano interno é uma perigosa omissão quanto à necessidade de se fortalecer as regras para investimentos de risco. Exemplo disso é o desvio de foco no tratamento do lamentável episódio envolvendo as empresas do “Império X”, centrado na mera preocupação de se culpar o Sr. Eike Batista por um suposto golpe no mercado, quando o objetivo principal deveria ser a eliminação das fragilidades regulatórias que possibilitaram a exposição dos investidores a riscos injustificáveis, por absoluta falta de compromisso com a auto-regulamentação e a informação de caráter educativo aos investidores.

Seria muito bom se o Governo e as lideranças empresariais aproveitassem esse momento de grandes expectativas em que vivemos para programar mudanças que

estimulem a competitividade e a cultura do empreendedorismo no Brasil. O que não se pode permitir é continuarmos insistindo em trocar as opções e oportunidade oferecida pelas realidades interna e externa, por utopias regulatórias, esperanças tributárias, ficções socioeconômicas, pirotecnias contábeis e outros mecanismos cuja presença em nossa história é registrada pelos destroços que deixaram ao longo das séries estatísticas e dos déficits acumulados em seus respectivos registros correntes. O Estado deve ser como um farol que ilumina a rota que a Nação precisa seguir, e não os escolhos que a impedem de avançar, e suas regras como as cordas que permitem ajustar as velas conforme os ventos, em vez de nós apertados que impedem que essas cordas movam as velas antes que os ventos mudem de direção.

Luciano de Freitas Borges – Ad Hoc Consultores Associados Ltda.

1-01/12/2014

Minério de ferro cai 48% e tem pior cenário

Por **Olivia Alonso | De São Paulo**

Enquanto o ambiente melhora para alguns dos principais metais não-ferrosos, como níquel e alumínio, o cenário está muito pior do que no início do ano para o minério de ferro. Apenas em novembro, a matéria-prima do aço caiu 11% e atingiu o menor patamar desde 2009, em US\$ 69,70 por tonelada no mercado à vista da China na semana passada. Neste ano, a queda é de 48%, e 2015 deve trazer ainda mais dificuldades para as companhias do setor.

Empresas e analistas comentam que a queda verificada nos últimos meses foi ainda mais forte do que suas previsões já negativas para a commodity. "As mudanças nas dinâmicas do mercado com o excesso de oferta vieram antes do que esperávamos", afirmaram na quinta-feira, em relatório, os analistas Christian Lelong e Amber Cai, do Goldman Sachs.

O forte aumento da produção global já vinha derrubando seu preço desde o início do ano. De US\$ 134 por tonelada, a commodity caiu abaixo de US\$ 100 por tonelada já em maio, considerando o minério com teor de concentração de 62% de ferro. Mas a avaliação do Goldman é a de que o tombo para US\$ 70 foi muito acelerado.

As projeções sobre qual seria o piso do preço do minério são dificultadas pela falta de previsibilidade dos fechamentos de minas chinesas com altos custos de produção. A baixa expressiva da cotação nas últimas semanas indica que muitas operações foram mantidas mesmo sem lucros. E a dúvida sobre o comportamento dessas mineradoras preocupa as demais companhias do setor também no ano que vem. O Citi já afirmou em relatório recente que a cotação média deve chegar a US\$ 60 por tonelada até o terceiro trimestre de 2015. Depois disso, a queda seria até US\$ 50 por tonelada.

"A grande questão é o quanto a China vai subsidiar minas locais nesse ambiente de queda dos preços", afirma Bruno Rezende, da Tendências Consultoria.

Os aumentos de produção no Brasil e na Austrália já são conhecidos e se aproximam de 300 milhões de toneladas de 2014 a 2016. Se mineradoras chinesas com altos custos continuarem a contribuir com o crescimento da oferta global, o preço tende a cair para perto do custo das empresas mais eficientes, a cerca de US\$ 55 por tonelada, estima o analista, levando o preço médio a US\$ 66 no ano que vem. Caso sejam feitos cortes de produção, ele estima um preço médio de US\$ 79 em 2015.

Na última semana, diretores da Vale e da Anglo American afirmaram que estão buscando redução de custos e mais eficiência. Mas disseram que, apesar da forte queda recente do preço do minério, seus principais projetos no Brasil - S11D e Minas-Rio - são competitivos. A previsão é a de que produzam 90 milhões de toneladas e 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro ao mercado por ano, respectivamente.

Marcio Godoy, diretor de exploração da Vale, disse que enxerga o futuro com "entusiasmo" e que a companhia tem competitividade diante das grandes concorrentes australianas, como Rio Tinto e BHP Billiton. "Não vemos um cenário nas nossas projeções em que não seremos competitivos", afirmou durante fórum da revista "Brasil Mineral", realizado em São Paulo na semana passada. Fazem parte dos trabalhos da Vale o investimento em novas técnicas e o terminal na Malásia, que abriu a possibilidade de comercialização no sudeste da Ásia, afirmou.

O diretor de operações da unidade de negócios de minério de ferro da Anglo American, Rodrigo Vilela, afirmou que a companhia manterá o foco em redução de custos e que a boa qualidade do minério do projeto ajudará "no período de vacas magras".

2-01/12/2014

S&P revisa previsão de preço de minério de ferro

ESTADÃO conteúdo

A agência de classificação de riscos Standard & Poor's reduziu a previsão para o preço de minério de ferro em cerca de 10% para US\$ 85 por tonelada em 2016, de US\$ 95 por tonelada na leitura anterior. A estimativa revisada é baseada nos preços do minério de ferro com teor de 62% e inclui custos e frete para a China.

3-01/12/2014

PIB do próximo ano depende de petróleo e minério

ESTADÃO

Estadão Conteúdo – dom, 30 de nov de 2014 09:00 BRST

Os economistas que se debruçam sobre dados de crescimento apostam que o Produto Interno Bruto, o PIB, brasileiro em 2015 será sustentado por dois setores bem tradicionais da economia, ligados à exportação de matérias-primas. São eles, o petróleo

e o minério de ferro. Enquanto o País deve crescer algo como 0,2% neste ano, petróleo e mineração, juntos, caminham para fechar 2014 com expansão de 5%. A perspectiva é que cresçam outros 4% no ano que vem, também acima do PIB do País, que tende a ficar próximo de 1%.

O economista Irineu de Carvalho Filho, da área de Pesquisa Econômica do Banco Itaú BBA, explica a razão: "O que conta no cálculo do PIB é a quantidade produzida, e ambos os setores têm investimentos e contratos que vão se materializar".

À luz do que ocorreu nas últimas semanas, a aposta parece um grande contrassenso. Os preços dos dois produtos estão em queda no mercado internacional, sem perspectiva de recuperação no curto prazo. O barril de petróleo em Londres fechou a semana cotado a US\$ 70. Em junho chegou ao pico de US\$ 115. A Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), que responde por um terço da produção mundial e regula a oferta e os preços, sinalizou que não vai intervir.

O minério de ferro está custando US\$ 68 a tonelada. Recentemente, o Citibank previu que ele pode cair a US\$ 55, em parte porque a China está super estocada. Nos setores de extração mineral, se o preço ficar baixo, pode não cobrir o custo de produção e provocar o fechamento de minas ou transformar poços em fontes de prejuízo.

Há outra questão que lança dúvidas sobre o potencial de concretização de tal tendência. No Brasil, quando se trata de minério de ferro e de petróleo, indiretamente o que está sendo considerado é a capacidade de expansão de produção de duas empresas, a da Vale, maior produtora global de minério de ferro, e a da Petrobrás, maior estatal brasileira. Hoje a Petrobrás é pivô de escândalos que colocam em xeque a sua gestão e a capacidade de investimentos.

Entre os descrentes em relação ao potencial dessas matérias-primas está o economista Vinicius Carrasco, professor e pesquisador da PUC-Rio. Carrasco é coautor de um estudo que avaliou as razões para o baixo crescimento do PIB, intitulado "A Década Perdida 2003-2012". "Investimentos em expansão foram feitos, mas, quando a gente olha o comportamento do resto do mundo, nada indica que a demanda vai compensar o aumento de capacidade instalada no curto prazo".

Um exemplo da complicada relação entre preço e produção está aqui mesmo, no pré-sal. Se o preço do barril do petróleo cair abaixo de US\$ 60, pode comprometer a exploração dessa área. "Também não temos garantias de que a Petrobrás conseguirá levar a cabo os planos de investimento", diz Carrasco.

Previsão de alta. As apostas em petróleo e mineração levam em conta que os setores vivem uma retomada consistente e vão mantê-la em 2015, em parte por causa das características da Vale e da Petrobrás.

A Petrobrás de fato vive um momento de depuração. Tem vários projetos atrasados e outros enroscados nas denúncias da operação Lava Jato. A capacidade de refino e a oferta da matéria-prima não acompanharam o crescimento da demanda de combustíveis, forçando a Petrobrás a importar. Apenas na semana que passou, o preço da sua ação acumulou queda de 10%. No entanto, a estatal tem uma expertise ímpar na exploração de petróleo em águas profundas. No ano que vem, espera-se a entrega de projetos importantes, como a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, que está atrasada.

O ritmo neste fim de ano reforça essa boa expectativa. Em outubro, a estatal bateu o recorde mensal de produção dos últimos quatro anos, com extrações do pré-sal. Nas três primeiras semanas de novembro, o petróleo foi o principal produto das exportações brasileiras. A empresa também é movida pelo instinto de sobrevivência para expandir a produção. "Tem uma dívida de US\$ 110 bilhões e precisa gerar caixa para cumprir compromissos", diz Pedro Galdi, analista-chefe de investimento da SLW Corretora de Valores e Câmbio.

No caso do minério de ferro, a grande aposta é a Vale. Além de a empresa ter na mina de Carajás o melhor minério de ferro do mundo, o que reduz os custos de produção, conta com um sistema próprio de logística extremamente azeitado. "A Vale pode tirar o minério do meio da selva no Brasil e entregar na China ao custo de US\$ 50 a tonelada", diz Galdi. Outras empresas ficam inviáveis quando o preço baixa de US\$ 80.

O setor mineral responde por 18% da balança comercial brasileira e o minério de ferro, por cerca de 80% da pauta de bens minerais do País. O Brasil ocupa a 3.^a posição mundial como produtor, atrás apenas da China e dos Estados Unidos. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

4-01/12/2014

Executivos do setor mineral veem como positiva nova equipe econômica

A escolha da equipe econômica do próximo governo de Dilma Rousseff, com Joaquim Levy e Nelson Barbosa, foi avaliada como positiva por executivos do setor mineral, embora eles afirmem que o crescimento da área depende também do cenário de mercado global. Luiz Eulálio Terra, diretor da Pedreira Embu, afirmou, nesta quinta-

feira, durante o Fórum Brasil Mineral, em São Paulo, que “sem dúvidas, a indicação da equipe econômica pode mudar para melhor o cenário para 2015 para o setor mineral”.

Na avaliação do executivo da Embu, que atua fortemente no setor de agregados minerais para construção, não somente o ramo de agregados, mas toda a indústria mineral voltada à construção pode ser beneficiada. Para ele, a atividade de construção vem enfrentando uma fase pior no país por causa de falta de confiança. “Isso mudando, com equipe com diretrizes mais ortodoxas, [o setor] pode ser melhorado”, afirmou, acrescentando que o país tem condições de investimento para o crescimento na área.

Um pouco menos otimista, Paulo Libânio, diretor da empresa australiana Ausenco, que atua em engenharia e tecnologia mineral, afirmou que a indicação da nova equipe é “bem-vinda, mas não é o suficiente” para uma melhora do setor. Na visão dele, além da questão da confiança, o faturamento do setor não depende apenas de um posicionamento interno, ainda que ele avalie que uma clareza maior em relação ao direcionamento econômico favorece o setor. “Quanto menos desinformação e quanto menos dúvidas, melhor para o setor”, disse. Como exemplo, citou a demora com o código da mineração no país.

“Acho que é positivo, mas ainda insuficiente”, reforçou, sobre a nova equipe. “Na base da receita, estaremos muito dependendo do mercado, crescimento chinês, entrada de alguns e saída de outras empresas do mercado”, disse.

Fonte: Valor

5-01/12/2014

Energia cara leva a corte de produção de alumínio na Europa

Por **Christian Oliver** | **Financial Times**

Os trabalhadores da produtora de alumínio Alunorf na usina em Neuss, oeste da Alemanha, apropriadamente chamam as linhas de produção de "a churrasqueira". Nas proximidades, no que é um dos principais centros industriais da Europa, as caldeiras são aquecidas a até 960° C. Para mantê-las em operação, a indústria de alumínio precisa ser uma consumidora voraz de energia.

O custo da energia na Europa, no entanto, ameaça a sobrevivência do setor: onze das 24 usinas na União Europeia foram fechadas desde 2007. Líderes do setor não têm dúvida sobre o que vem estrangulando a indústria. Reclamam que a regulamentação ambiental da UE torna os preços da eletricidade proibitivos.

O fechamento de usinas levanta uma questão fundamental: se a UE conseguirá continuar a atuar como líder mundial na luta contra as mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, preservar a competitividade de sua indústria pesada.

A UE também enfrenta um desafio ético com suas leis ambientais, caso sejam desvantajosas a ponto de levarem setores como o metalúrgico e o químico a se mudar para países em desenvolvimento onde seja mais fácil poluir.

A produção europeia de alumínio caiu quase 40% desde 2007, com o fechamento de usinas de empresas como a Alcoa e a Rio Tinto Alcan. "Precisamos atender as metas ambientais, mas precisamos fazê-lo de uma forma que não destrua a indústria na Europa", diz Roeland Baan, executivo-chefe europeu da Aleris, que opera na Alemanha e Bélgica.

A Comissão Europeia (CE), braço executivo da UE, reconheceu que a regulamentação aumentou os custos de produção do alumínio em 8% nos dez anos até 2012. As empresas de energia repassaram o custo decorrente do mercado de créditos de carbono da UE para os clientes e impuseram sobretaxas em consequência da exigência de uso de fontes renováveis. A eletricidade representa 30% do custo de produção do alumínio.

Com as usinas europeias deparando-se com custos adicionais, a Ásia e o Oriente Médio propagandeiam-se como destinos alternativos para investimentos, com contratos atrativos de fornecimento de energia. Isso aumenta as chances de produtores de alumínio se mudarem a áreas com regras ambientais menos rígidas.

"Enquanto Europa, estamos nos comportando como avestruzes, jogando o lixo do outro lado da cerca e fingindo que ele não existe mais", disse Baan.

Os produtores de alumínio da UE argumentam que longe de ser um problema ambiental, a indústria ajuda a limitar as emissões de gases causadores do efeito estufa. A demanda por alumínio vem aumentando, à medida que se torna o metal preferido para a produção de carros e navios mais leves, para reduzir o consumo de combustível. O uso do metal também é defendido por ambientalistas por ser fácil de reciclar.

Oliver Bell, vice-presidente executivo da Norsk Hydro, maior produtora de alumínio da Europa, alertou para a possibilidade de os países do Golfo Pérsico atraírem não apenas as usinas da UE, mas também seus clientes. As instalações de fundição na Arábia Saudita foram um grande motivo para a Jaguar Land Rover cogitar passar a produzir na região, segundo Bell.

Uma questão mais ampla é o fato de a indústria da UE ter sido baseada em torno a centros de produção de alta eficiência logística, como o de Neuss, que compartilham a experiência em setores que vão do aeroespacial ao de embalagens. Se as usinas deixarem a UE, as empresas que vêm a seguir na cadeia de produção - e sua experiência - poderiam repetir o caminho. "Precisamos defender a indústria de base [...] para também manter os produtos finais na Europa", disse Bell.

Na Europa, a indústria de alumínio emprega 80 mil pessoas. Para a Grécia, que se recupera da crise da região do euro, é um peso pesado nacional estratégico.

Em 2013, a CE considerou "insustentável" a pressão sobre as margens das empresas de alumínio. Não há planos, no entanto, para compensar os custos decorrentes da regulamentação.

De acordo com o Centro para Estudos de Política Europeia (Ceps, na sigla em inglês), a indústria de alumínio da UE é eficiente, com um custo de produção de US\$ 1.600 por tonelada quando as empresas conseguem proteger-se contra os custos regulatórios por meio de contratos de eletricidade de longo prazo ou gerando sua própria energia.

Contratos de longo prazo, entretanto, são cada vez mais raros e as usinas da UE precisam enfrentar custos de até US\$ 2.230 no mercado aberto de energia. Em comparação, nos Estados Unidos, o valor é de US\$ 1.940 e no Oriente Médio, de US\$ 1.400 (um dos maiores problemas dos produtores de alumínio é que os operadores definem o preço do metal - atualmente em cerca de US\$ 2 mil - na Bolsa de Metais de Londres, de forma que as fábricas não podem repassar seus custos aos clientes).

A reação da UE vem sendo poupar de objeções os países que subsidiam os produtores afetados. As empresas de alumínio defendem a necessidade de uma estratégia de compensação da UE para combater os custos decorrentes do mercado de créditos de carbono. Esses encargos deverão aumentar. Os produtores já estão espremidos por preços de 6 por tonelada de gás carbônico emitido, mas a CE planeja medidas para elevá-lo para cerca de 30 nos próximos anos. "Estamos tentando defender nossa base de matérias-primas na Europa [...] a 30, você pode esquecer", disse Bell.

6-01/12/2014

Tractebel ainda não tem contrato de carvão para abastecer Pampa Sul

Por **Camila Maia** | De São Paulo

Primeira contratação de uma termelétrica movida a carvão mineral nacional desde 2005, a usina Pampa Sul, da Tractebel, ainda não tem garantido o contrato de fornecimento da matéria-prima. A usina fica no município de Candiota, no Rio Grande do Sul.

As negociações entre a Tractebel e a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), estatal do governo gaúcho, estão travadas atualmente por um "impasse jurídico", afirma Elifas Simas, presidente da companhia. "Há algumas exigências da Tractebel que não temos como cumprir", aponta, completando que, porém, não poderia afirmar quais são as questões discordadas.

A outra empresa que participa da disputa pelo fornecimento à Tractebel é a privada Copelmi, por meio da sua controlada Seival Sul Mineração (SSM) que também tem como sócia minoritária a empresa de energia Eneva.

Se fechar o contrato, a CRM precisará abrir uma nova mina de carvão, com investimento estimado de R\$ 250 milhões em um processo que pode levar até quatro anos - prazo para início do fornecimento pela usina. A SSM, por sua vez, pretende reabrir uma mina ociosa, com R\$ 70 milhões em investimento, afirma Carlos de Faria, diretor da Copelmi. Isso levaria cerca de 15 meses.

Segundo Faria, ao longo desta semana a Tractebel deve escolher o seu fornecedor. A empresa de energia pode também optar por comprar carvão de ambos os fornecedores, o que alteraria os preços propostos. "A cotação dos preços foi feita em vários volumes, então isso depende da posição deles", afirma Faria.

7-01/12/2014

Depois de 9 anos, País volta a contratar usina a carvão

Por André Borges | Estadão

O carvão mineral, insumo que foi praticamente banido dos novos projetos de geração de energia no Brasil, voltou à carga na matriz elétrica. Depois de nove anos, um projeto de usina térmica alimentada por carvão volta a ser contratado pelo governo, para gerar energia.

No leilão realizado nesta sexta-feira, 28, a Tractebel Energia, empresa do grupo GDF Suez, conseguiu fechar negócio para construção da usina Pampa Sul, que será erguida no município de Candiota (RS). O projeto foi viabilizado com a proposta de R\$ 201,98 por megawatt/hora.

Com 340 MW de capacidade instalada, Pampa Sul deve entrar em operação em janeiro de 2019. A usina será construída pela empresa chinesa Sdepci.

"Esse projeto da Tractebel abre um novo ciclo para o carvão na geração de energia no País", disse Luiz Fernando Zancan, presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM).

O leilão A-5, realizado para contratar projetos que entrarão em operação daqui a cinco anos, chegou a habilitar dez projetos de térmicas a carvão, que somavam 4.490 MW. Somente Pampa Sul, no entanto, teve proposta vencedora no leilão.

"Acredito que muitos projetos foram prejudicados por conta do risco no prazo da obra. Estamos entrando em dezembro. Na realidade, as empresas não teriam cinco anos para construir as usinas, mas quatro. Isso influenciou negativamente", comentou Zancan.

O Brasil deixou de contratar usinas a carvão, com o objetivo de ampliar o uso de fontes limpas e alternativas de energia. Perguntando sobre o fato de o País voltar a contratar uma das fontes mais sujas de geração, o presidente da ABCM disse que o Brasil tem hoje 80% de geração renovável e que esse percentual não cairá, dado o montante de outras fontes contratadas.

"O País não está sujando coisa nenhuma, nem estamos na contramão da história. O fato é que precisamos de energia garantida, firme, o que o carvão consegue oferecer", comentou.

Por meio de nota, a Tractebel informou que, do total de 7.027 MW de projetos de geração que possui, 1.119 MW são provenientes de termelétricas.

Apesar de ter contratado 340 MW, o projeto de Pampa Sul prevê uma segunda planta, para geração de mais 340 MW. Para colocar seu projeto no leilão, a companhia teve de acelerar seu processo de licenciamento ambiental. A licença prévia, necessária para entrar na disputa, foi concedida no início deste mês.

Ao todo, o projeto da empresa é estimado em R\$ 1,9 bilhão, com aplicação de R\$ 1 bilhão em equipamentos nacionais e R\$ 900 milhões em importação. A geração de empregos diretos é estimada em 1.848 vagas no segundo ano de instalação, quando a usina deve estar no auge das obras. Outros 8 mil empregos indiretos devem ser gerados.

O plano para Pampa Sul prevê que o carvão mineral será extraído da jazida de Candiota. No processo de queima do combustível, esse carvão é queimado com calcário e areia, para reduzir gases poluentes. Nesse processo, é gerado gesso como subproduto, que pode ser reaproveitado.

Hoje o carvão mineral é o combustível utilizado para gerar 40% da energia no mundo. No Brasil, sua participação na matriz energética é pequena, de apenas 1,4% da energia gerada.

8-01/12/2014

Chile precisa de 18.000 gigawatts para acompanhar mineração crescente

O setor de mineração chileno precisará dobrar o seu consumo de eletricidade até 2025. Os motivos deste crescimento são os grandes projetos de mineração e de dessalinização da água do mar que estarão entrando em operação nos próximos anos.

Segundo estudo feito pela Cochilco, a comissão do cobre chilena, serão necessárias 18.000 gigawatts de eletricidade adicionais para fazer frente à expansão da mineração.

O custo da eletricidade é um dos maiores na produção do cobre, atingindo 14% do custo total. Em 2025 o Chile deverá estar produzindo 8,5 milhões de toneladas de cobre, um aumento de 47% sobre a produção de 2014.

Como no Chile o custo da eletricidade vem escalando a 11% ao ano ao longo da última década a preocupação dos executivos sobre o aumento dos custos é altamente válida.

Fonte: www.geólogo.com.br

9-01/12/2014

Vale deverá anunciar investimentos de US\$ 10,5 bilhões

Por Fernanda Guimarães | Estadão

A Vale deverá anunciar na próxima semana um programa de investimentos de US\$ 10,5 bilhões (excluindo pesquisa e desenvolvimento) para 2015, o que representará uma

queda de US\$ 3,3 bilhões em relação ao montante anunciado para 2014, segundo a média das estimativas de 11 instituições financeiras consultadas pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, (BB-BI, BTG Pactual, Citi, Credit Suisse, Goldman Sachs, Itaú BBA, J.P.Morgan, Safra, Santander e duas casas que pediram para não serem identificadas). Se confirmado, esse será o quarto ano consecutivo de redução do orçamento de investimentos, após o pico de US\$ 18 bilhões em 2011.

A queda brusca do preço do minério de ferro neste ano, que caiu praticamente pela metade, tem aumentado a pressão para maior rigidez no controle de custos e também a dúvida de como a mineradora irá equacionar uma forma de manter dividendos atrativos aos investidores.

Nos primeiros nove meses deste ano, os investimentos da Vale somaram US\$ 8,2 bilhões, queda de 20,8% em relação a igual período do ano anterior. Embora a companhia afirme que os investimentos deverão acelerar na parte final do ano, a percepção do mercado é que a execução do orçamento não alcance aquele anunciado no fim do ano passado para este ano. A previsão média dos analistas é que os investimentos no ano fiquem em US\$ 12 bilhões, US\$ 1,8 bilhão a menos do que o previsto inicialmente.

Dividendos

O capex da Vale para 2015 tem sido um dos termômetros utilizados pelo mercado para se estimar os dividendos mínimos da companhia, já que a preocupação é se a mineradora terá fluxo livre de caixa para manter um yield (rendimento) ainda atrativo no atual cenário do mercado. Na média de seis casas, os dividendos a serem pagos pela mineradora no próximo ano serão de US\$ 2,66 bilhões, ante US\$ 4,2 bilhões em 2014.

Grande parte dos investimentos terá como destino a conclusão de seu maior projeto, o S11D, que consome o maior aporte da história da companhia, de US\$ 19,5 bilhões, o que também impede que o capex seja radicalmente reduzido. Conhecido por Serra Sul, o projeto em Carajás tem seu início previsto para 2016 e, quando estiver em capacidade plena, irá alcançar uma produção de 90 milhões de toneladas anuais. A estimativa até o momento que a produção de minério da Vale saia de 321 milhões de toneladas em 2014 para 453 milhões em 2018.

Embora a derrocada dos preços do minério tenda a levar à conclusão de que os programas para aumentar a capacidade não têm sentido, a Vale vem reiterando que, nesse cenário, o início da produção do S11D é mais do que necessário, já que esse

projeto irá garantir à companhia um minério de teor mais alto de ferro e a um custo muito mais baixo, o que, na prática, significará para a empresa perenidade mesmo diante de um ciclo de baixa dos preços do seu produto carro-chefe.

Os analistas do BTG Pactual Leonardo Correa e Caio Ribeiro destacam, em relatório a clientes, que a redução do capex contará com a ajuda do real depreciado. Isso porque a maior parte das receitas da companhia é em dólar, ao passo que a maior parte dos investimentos são realizados no Brasil. Em relação aos dividendos, os profissionais acreditam que, caso o preço do minério de ferro siga entre US\$ 70 e US\$ 80 a tonelada em 2015 e 2016, o que reduzirá o fluxo de caixa, haverá uma limitação para o pagamento de dividendos para aproximadamente US\$ 2 bilhões, assumindo, ainda, que a empresa financie esse total com algum aumento de alavancagem.

Também em relatório os analistas do Credit Suisse Ivano Westin, Renan Criscio e Santiago Perez Teuffer afirmam que, em Nova York, em reunião marcada para a próxima terça-feira com analistas quando será anunciado o capex, a expectativa é que o foco da empresa seja mostrar oportunidades de desinvestimentos, iniciativas de redução de custos, aumento de produção de minério de ferro e dos metais básicos, além da redução dos investimentos, como forma de ajudar na geração de caixa livre, o que poderia abrir espaço para a manutenção de dividendos ainda atrativos. Apesar disso, os profissionais apontam que a redução dos dividendos em 2015 é inevitável.

10-01/12/2014

PROJETOS QUE BUSCAM REDUZIR ACIDENTES NA MINERAÇÃO SÃO PREMIADOS PELO IBRAM

Iniciativa desenvolvida pelo Programa MINERAÇÃO reconhece ações mais eficazes para a garantia da saúde e segurança dos trabalhadores do setor

O desenvolvimento de projetos de capacitação eficazes para os trabalhadores da mineração é um importante instrumento para garantir a integridade física dos profissionais da área. O reconhecimento das iniciativas implementadas pelas empresas com estes objetivos acaba de ser feito pelo Prêmio Melhores Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho, promovido pelo **Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM** (www.ibram.org.br), por meio do **MINERAÇÃO – Programa Especial de Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração**, com patrocínio do SESI/SENAI.

Anglo American, Vale e Yamana Gold são as finalistas na categoria “Sistemas Eficazes de Capacitação de Trabalhadores”, com os cases “Capacitação em Segurança e Saúde Ocupacional”, “Valorizando Vidas DIPP” e “Sistema de Gestão de Capacitação de Colaboradores”, respectivamente. A classificação das empresas será conhecida no dia 9

de dezembro, durante a solenidade de premiação, que acontecerá na sede da FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais.

Para a coordenadora do MINERAÇÃO, Cláudia Pellegrinelli, a crescente participação no prêmio, que está em sua segunda edição, demonstra o envolvimento das empresas com o assunto. “Além de garantir a preservação de vidas, um pré-requisito fundamental para qualquer atividade econômica, o investimento em SST é, hoje, considerado um importante fator de competitividade na mineração”, garante.

Cases comprovam comprometimento das empresas

Apostar no envolvimento dos colaboradores a fim de potencializar os projetos desenvolvidos pela empresa na área de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) tem sido um esforço cada vez maior por parte das mineradoras. A medida visa contribuir com a redução dos índices de acidente do setor, responsável por movimentar bilhões em todo o mundo.

Na Vale, o projeto “Valorizando Vidas DIPF”, desenvolvido pelo administrador Marco Antônio Cardoso da Silva, gerente de Gestão Integrada da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos, promoveu a realização de diagnóstico e clima de cultura de segurança, com o objetivo de identificar oportunidades para evolução dos processos de SSMA na organização. Os resultados, ele conta, foram surpreendentes. Além de contar com a participação de aproximadamente 97% dos empregados (o que corresponde a um universo de 1.500 funcionários), foram atingidos os níveis gerenciais da empresa. “Foi curioso perceber que, na percepção deles, o problema de saúde e segurança sempre tinha a ver com o outro, e nunca com as próprias atitudes”, relata.

Para transformar este comportamento, foram realizados treinamentos e workshops, divididos em diversos módulos, transformando estes profissionais em peritos na área. O projeto finalista foi implantado em 2012 e segue até hoje, já que vem sendo aperfeiçoado com o passar do tempo. Silva credita a ele, também, o registro de outros dados importantes em saúde e segurança dentro da mineradora. O histórico de índices de acidentes com ou sem afastamento, na Vale, foi de 3,41 em 2008; 3,16 em 2009; 2,78 em 2010; 1,62 em 2011; 1,40 em 2012 e 0,64 em 2013.

Na Yamana, o case “Sistema de Gestão de Capacitação de Colaboradores” foi implantado pelo gerente administrativo Wilson Antônio Borges. O projeto foi desenvolvido com o objetivo criar um sistema de gestão de capacitação em saúde e segurança na Mineração Manacá, considerado inovador no que diz respeito ao controle de treinamentos de segurança, atestados de saúde ocupacional e demais ferramentas no processo de atuação em SSO. “Seus resultados foram de grande relevância para a eficácia na capacitação de nossos colaboradores, na periodicidade correta de reciclagem dos treinamentos e na garantia de que todos estarão aptos a realizar suas atividades de forma segura, contribuindo com a eliminação de possibilidades de acidentes e incidentes em postos de trabalho”, explicou.

Já na Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A, o projeto “Capacitação em Segurança e Saúde Ocupacional”, coordenado pelo gerente de SSO Edson Carvalho Covic, trouxe resultados positivos para a empresa. A iniciativa foi implementada com o objetivo de difundir ao máximo a importância da cultura de segurança e contribuir com a formação de mão de obra em uma área sem o histórico de atividade mineral. “A criação desde planejamento, aliada à capacitação profissional disponibilizada para a comunidade por meio da parceria com o Senai, foi responsável pela implementação de uma matriz de capacitação robusta e bastante abrangente para assegurar a qualificação de SSO dos empregados em todos os níveis da organização”, destacou o engenheiro. De acordo com ele, ainda, os resultados alcançados superaram as expectativas, sob a ótica dos empregados e da comunidade.

Mais informações sobre o Prêmio Melhores Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho estão disponíveis no site www.programamineração.org.br.

Fonte: Assessoria

11-02/12/2014

Vale reitera esforço na redução de custos

ESTADÃO conteúdo Por Marcelle Gutierrez | Estadão Conteúdo – 23 horas atrás

Em resposta a esclarecimentos pedidos pela BM&FBovespa em relação à notícia publicada no **Broadcast** e jornal O Estado de S. Paulo, no dia 27 de novembro de 2014, a Vale reitera os esforços na redução de custos e potenciais impactos. Segundo trecho da reportagem destacado pela BM&FBovespa, a Vale tem custo operacional médio do minério de US\$ 23,00 por tonelada colocada no navio com expectativa de redução a US\$20,00 nos próximos três anos.

"O maior fator de redução de custos é o início de operação do projeto S11D em Carajás", enfatizou a Vale, que destacou que o projeto tem capacidade nominal de 90 milhões de toneladas métricas anuais (Mtpa) de minério de ferro com reservas provadas e prováveis de 4,240 bilhões de toneladas métricas com um teor médio de ferro de 66,7%, baixas impurezas e cash cost de US\$ 15,00 por tonelada métrica (baseada em taxa de câmbio de R\$ 2,00/ US\$). As informações constam em comunicado do dia 3 de julho e, segundo a Vale, o início do projeto é esperado para o 2º semestre de 2016, com capacidade nominal de produção em 2018.

A Vale destacou que as reduções de custos com a operação dos projetos já foi divulgada e reiterou que a partir da produção de minério em S11D, a evolução de sua participação

na produção total da Vale em 2018 (de zero para cerca de 25% da produção de finos de minério de ferro próprio) pode-se calcular a referida redução de custos.

12-02/12/2014

Carpathian em desintegração: uma queda de 96% em dois anos

Por Marcelo Villela, dezembro 2nd, 2014, 0:17 - [LINK PERMANENTE](#)

A Carpathian é uma junior canadense que opera a mina de ouro Riacho dos Machados.

A empresa, que vem enfrentando sérios problemas, entregou o seu relatório financeiro do terceiro trimestre na segunda semana de novembro. Ela já havia sido penalizada por atrasar os balancetes ficando proibida de negociar ações por algum tempo.

Neste relatório ela informa que a sua mina Riacho dos Machados produziu 39.384 onças de ouro. A empresa tem recursos NI 43-101 de 8,1 milhões de onças, mas o seu valor de mercado hoje é de apenas US\$10 milhões ou o equivalente a 8.312 onças de ouro. Em outras palavras a Carpathian é uma das empresas mais desvalorizadas da Bolsa de Toronto. Qual o motivo?

Os motivos existentes estão relacionados à baixa produção de ouro da mina Riacho dos Machados, ao atraso nas licenças, chuvas, problemas ambientais, problemas no projeto da Romania, falta de financiamentos e um all-in sustaining cost (AISC) muito elevado no momento em que o ouro cai. As ações já caíram 96%, desde janeiro de 2013. Será o fim da Carpathian?

Fonte: www.geólogo.com.br

13-02/12/2014

Vale considera listar na Bolsa parte de seu negócio global de metais básicos, dizem fontes

POR REUTERS

VANCOUVER e TORONTO - A Vale está considerando listar parte de seu negócio global de metais básicos, disseram duas fontes com conhecimento do assunto, conforme a mineradora busca financiar projetos importantes em meio ao colapso dos preços do minério de ferro.

As fontes, que pediram para não ser identificadas pois não estavam autorizadas a discutir o assunto publicamente, afirmaram que a maior produtora de minério de ferro do mundo deve reter uma participação majoritária na nova entidade se prosseguir com o plano.

A Vale poderá revelar o plano de listar a nova entidade em Toronto e em Londres nesta terça-feira, durante evento para investidores em Nova York, disse uma das fontes. O evento na Bolsa de Valores de Nova York será transmitido via webcast.

A segunda fonte disse que houve significativa discussão dentro da Vale sobre uma listagem dos ativos de metais básicos, que têm se saído melhor do que o negócio de minério de ferro devido aos preços mais estáveis. Uma porta-voz da Vale no Brasil não pôde ser imediatamente encontrada para comentar o assunto fora do horário comercial.

O negócio de minério de ferro da Vale respondeu por 62% da receita bruta da empresa no terceiro trimestre. O portfólio global de ativos da Vale também inclui ativos de níquel no Canadá, Indonésia e Nova Caledônia, minas de carvão na Austrália e Moçambique, bem como projetos de cobre no Canadá, Brasil e Zâmbia.

Os preços do minério de ferro caíram pela metade este ano para mínimas em cinco anos, abaixo de US\$ 70 a tonelada, à medida que mineradoras de peso como Vale, Rio Tinto e BHP Billiton elevaram a produção em um momento em que a demanda da China, principal cliente do insumo utilizado em produtos siderúrgicos, diminuiu.

O UBS estima que a Vale arca com um custo de US\$ 67 para produzir uma tonelada de minério de ferro e enviá-la para a China, o que deixa a empresa em situação apertada conforme busca completar seu projeto brasileiro de minério de ferro de US\$ 20 bilhões conhecido como S11D.

A Vale já afirmou que espera reduzir investimentos em 2015 para abaixo dos US\$ 12,5 bilhões originalmente antecipados. Mas com o S11D sendo vital para a estratégia da Vale de proteger sua participação no mercado de minério de ferro e reduzir os custos de produção, a companhia tem pouco espaço de manobra e está sofrendo pressão em relação ao investimento no negócio, o maior projeto de minério de ferro do mundo.

Outros membros da indústria, que trabalharam de perto com a Vale no passado, mas não estão a par de qualquer anúncio, disseram que a venda de uma participação minoritária faria sentido no ambiente atual e permitiria que a mineradora levantasse recursos.

O analista do JPMorgan Rodolfo Angele disse em nota a clientes na segunda-feira que investidores provavelmente vão buscar no evento realizado nesta terça-feira

atualizações sobre os planos de alienação de ativos de carvão da Vale em Moçambique, bem como detalhes sobre outras vendas de ativos e um potencial IPO (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês) da divisão de metais básicos.

— Notamos que a falta de detalhes sobre qualquer uma destas medidas deverá decepcionar o mercado, mas uma ação mais definitiva deverá ser vista de forma positiva — disse Angele.

14-02/12/2014

Rio Tinto aumenta produção de minério de ferro no 3º tri

A mineradora anglo-australiana Rio Tinto afirmou que aumentou em 5% a sua produção de minério de ferro no terceiro trimestre do ano na comparação com o trimestre anterior, após expandir sua operação na Austrália, mesmo em face da queda nos preços da commodity. Na comparação anual, a produção entre julho e setembro de 2014 foi 12% maior, totalizando 76,8 milhões de toneladas, informou a empresa.

A Rio Tinto - segunda maior produtora de minério de ferro do mundo, atrás apenas da brasileira Vale - está caminhando para ganhar uma fatia maior do mercado de exportação da commodity, afirmando que o tamanho das suas operações no noroeste remoto da Austrália permitem produzir minério a um custo significativamente mais baixo do que seus concorrentes.

A mineradora, que depende desta mercadoria para realizar a maioria dos seus lucros, defendeu a sua decisão de continuar aumentando a produção, uma estratégia que, segundo analistas, ajudou a puxar o preço do minério de ferro para baixo. Desde janeiro, o preço da commodity já recuou cerca de 40%.

A companhia reiterou nesta quarta-feira as suas expectativas de produzir 295 milhões de toneladas de minério de ferro globalmente neste ano, incluindo a produção resultante das operações no Canadá. Além disso, a Rio Tinto informou que pretende vender cerca de 5 milhões de toneladas a mais a partir de seus próprios estoques.

O aumento da oferta de minério de ferro proveniente das minas australianas, incluindo as controladas pelas concorrentes BHP Billiton e Fortescue Metals, inundaram o mercado de minério de ferro transportado por via marítima neste ano, causando a queda acentuada nos preços.

A Rio Tinto tem expandido suas atividades na região de Pilbara, no noroeste da Austrália, apostando que a China vai continuar precisando de vastas quantidades de

minério de ferro para produzir aço para seus arranha-céus e para indústrias, como a de automóveis. A China compra três em cada cinco toneladas de minério de ferro embarcadas por mineradoras multinacionais.

"Se não preencheremos este vazio, alguém mais o fará", disse o executivo-chefe da divisão de minério de ferro da Rio Tinto, Andrew Harding. "É a dura realidade de um mercado internacional muito competitivo", completou.

No seu relatório trimestral, a companhia afirmou que sua produção de cobre foi ligeiramente maior na comparação com o mesmo período do ano passando, aumentando 1%, para 151.800 toneladas. O crescimento foi impulsionado pela produção em Escondida, no Chile, a maior mina de cobre do mundo, de propriedade conjunta com a BHP Billiton num consórcio liderado pela Mitsubishi.

A Rio Tinto afirma que espera produzir mais cobre neste ano fiscal, aumentando sua orientação aos investidores para 615 mil toneladas de cobre extraído, de 585 mil toneladas na previsão anterior. Este números se referem à sua própria cota de cobre extraído, excluindo a participação de parceiros na joint venture.

A companhia anglo-australiana também reportou um declínio de 3% na produção de bauxita, usada para fazer alumínio, na comparação anual, para 10,9 milhões de toneladas no terceiro trimestre. A produção de carvão metalúrgico também recuou 14% na comparação anual, para 1,9 milhão de toneladas, informou a Rio Tinto. Fonte: Dow Jones Newswires.

15-02/12/2014

Futuro dos produtores de minério está atado à China Por **John W. Miller e Rhiannon Hoyle** | **The Wall Street Journal**

A ânsia da China para construir arranha-céus, pontes e carros gerou dez anos de aumentos nos preços e na produção de matérias-primas básicas. Agora, os países exportadores de commodities estão sofrendo o impacto da desaceleração da economia do gigante asiático.

No topo da lista estão grandes participantes do mercado de commodities, como Austrália e Brasil, mas há outros países ricos em recursos naturais, como Guiné, Indonésia e Mongólia, onde os minerais constituem uma parte desproporcional da economia e do emprego.

Em países especializados em commodities básicas, como minério de ferro e carvão, a demanda fraca e os preços em queda das matérias-primas estão reduzindo a receita fiscal do governo, ampliando os déficits comerciais e enfraquecendo a moeda.

Em novembro, o dólar australiano atingiu seu menor nível em quatro anos em relação ao dólar americano, em parte devido ao declínio nos preços das commodities e à desaceleração do crescimento da demanda chinesa.

O banco J.P. Morgan cortou sua previsão para o crescimento econômico da Austrália em 2015, de 3,3% para 2,8%, enquanto o Brasil reduziu pela metade sua própria previsão de crescimento para 2014, de 1,8% para 0,9%. Os lucros do setor de mineração como proporção da economia dos dois países mais do que duplicaram nos últimos 15 anos, segundo o Banco Mundial.

O efeito de longo prazo de um colapso nos preços das commodities poderia ser ainda mais profundo, prejudicando as economias dos países produtores e aumentando o poder de compra das economias ocidentais que são seus principais consumidores.

"O impacto do excesso de oferta pode ser uma bagunça", diz o brasileiro Lourenço Gonçalves, diretor-presidente da Cliffs Natural Resources Inc., mineradora de médio porte que acaba de demitir trabalhadores na Austrália.

Ao mesmo tempo, as grandes mineradoras afirmam que ainda pretendem continuar batendo recordes de produção. Rio Tinto PLC e BHP Billiton Ltd. têm despachado carregamentos marítimos de regiões remotas da Austrália a um ritmo sem precedente.

Para os países menores, a crescente dependência da mineração é ainda mais evidente. Na Guiné, a parcela dos lucros da mineração como percentual do PIB mais do que triplicou, para 18,3%, entre 2000 e 2012, ano mais recente para o qual há dados disponíveis, segundo o Banco Mundial. Na Mongólia, ela quase dobrou, para 11,9%.

Atualmente, nenhum país pode preencher a lacuna de demanda aberta pela China, embora executivos de mineradoras esperem que a Índia possa ajudar a absorver produção nova. Ainda assim, a expectativa é que a China dite o ritmo dos próximos dez anos.

Nenhuma commodity tem dependido tanto da China quanto o minério de ferro, e por um bom motivo: a China produz a metade do aço do mundo e 98% do minério de ferro vai para a produção de aço. A China importa perto de 65% das 1,2 bilhão de toneladas de minério de ferro negociados anualmente nos mercados marítimos.

Um número muito maior de países passou a se alimentar da demanda da China: Em 2003, oito nações exportaram mais de 10 milhões de toneladas de minério de ferro. No ano passado, foram 15 países.

A Austrália, maior exportador de minério de ferro do mundo, envia 80% de suas exportações do minério (avaliadas em US\$ 67 bilhões em 2013) à China, que ainda absorve 50% da produção brasileira exportada.

Nos últimos anos, as mineradoras desses dois países aumentaram a produção, o emprego e os investimentos em ferrovias e portos, prevendo que a indústria de aço da China também elevaria a produção e precisaria de mais minério de ferro.

Em vez disso, nos primeiros oito meses do ano, o consumo de aço na China caiu 0,3%, para 500 milhões de toneladas, o primeiro declínio desse porte em 14 anos.

"O país está entrando num regime de menos consumo de aço, mais típico de economias ocidentais modernas e desenvolvidas", diz Daniel Rohr, analista da Morningstar Inc.

O resultado: um excedente cada vez maior de minério de ferro. A previsão é de que, em 2018, esse excesso passe de 300 milhões de toneladas, o que poderia levar os preços no próximo ano para a faixa de US\$ 50 por tonelada, segundo o Citigroup. O minério de ferro iniciou o ano a US\$ 135 por tonelada e estava em US\$ 70,60 ontem.

A resposta óbvia seria que a indústria de minério de ferro cortasse significativamente ou interrompesse a produção. Mas não há sinais de que alguém esteja planejando fazer isso.

A expectativa é de que Austrália e Brasil tirem do mercado outros participantes. A Austrália agora responde por cerca de 50% de todo o minério de ferro comercializado por via marítima.

Depois de investir bilhões de dólares em ferrovias e portos, BHP e Rio Tinto afirmam que continuarão produzindo e cortando custos para compensar os preços em queda. "Nossa intenção é sempre maximizar a produção com a capacidade existente", disse recentemente Andrew Mackenzie, diretor-presidente da BHP.

Há ainda uma outra ameaça: a sucata de aço, que em quantidades suficientes pode servir como um substituto aceitável para o minério de ferro. Em poucos anos, a China começará a colher grandes volumes de sucata de aço da primeira geração de carros e máquinas de lavar produzidos em massa no país.

"O volume de reciclagem de material vai aumentar e isso significa que haverá mais aço a partir de sucata e não de minério de ferro e carvão metalúrgico", disse Mackenzie.

A adição da sucata vai agravar o excesso de oferta de matérias-primas do aço - e o impacto dos preços mais baixos sobre a economia global.

16-02/12/2014

Banco Espírito Santo é investigado por lavagem de dinheiro em vários países

Por **Margot Patrick, Patricia Kowsmann e David Enrich** | **The Wall Street Journal**

A investigação do falido Banco Espírito Santo SA está ampliando seu escopo para além das alegações de fraude e dos problemas de contabilidade que arruinaram o banco português. Agora, as autoridades também buscam provas de que o banco estaria envolvido em lavagem de dinheiro em vários países, dizem pessoas a par da investigação.

As ramificações da investigação de lavagem de dinheiro, a maioria delas não divulgada, revelam o que o Banco Espírito Santo foi capaz de fazer para obter negócios em regiões do mundo evitadas pelos concorrentes, segundo ex-executivos do banco. À medida que se desenrolam, as investigações podem submeter o que sobrou do banco, assim como alguns ex-executivos e parceiros de negócios, a uma nova rodada de exame detalhado pelo governo e também a possíveis penalidades.

Promotores de Nova York e um júri federal estão investigando se a unidade do Banco Espírito Santo em Miami foi usada para lavar dinheiro de um empresário venezuelano que era um dos seus maiores clientes, dizem fontes com acesso à investigação.

A procuradoria-geral portuguesa abriu várias investigações de entidades do grupo Espírito Santo, o controlador do banco. Na quinta-feira, a procuradoria informou que a política conduziu buscas em vários escritórios e residências de Lisboa. Dois ex-executivos do BES, Isabel Almeida e Antonio Soares, são suspeitos nas investigações, dizem pessoas a par da situação.

Na Suíça, a procuradoria-geral realizou buscas em unidades do Espírito Santo em setembro, como parte de uma investigação de lavagem de dinheiro, diz uma fonte. Uma porta-voz da procuradoria confirmou que as inspeções realizadas eram relacionadas a "suspeitas de lavagem de dinheiro" no Espírito Santo, mas não deu maiores detalhes.

Na Líbia, o Aman Bank, controlado pelo Banco Espírito Santo, foi investigado por suspeita de ajudar pessoas próximas ao ex-líder Moammar Gadhafi a transferir dinheiro para fora do país, dizem pessoas a par do assunto.

E o Banco de Portugal abriu recentemente uma investigação de "procedimentos inadequados na prevenção de lavagem de dinheiro" no que diz respeito à unidade do BES em Angola, segundo informações dadas pelo presidente do banco central português, Carlos Costa, a parlamentares portugueses.

O Banco Espírito Santo era parte de uma das principais dinastias corporativas da Europa até precisar ser resgatado, em agosto, e dividido em um banco ruim, que manteve o nome Espírito Santo, e um banco financeiramente saudável chamado Novo Banco.

Os reguladores portugueses acusaram o Banco Espírito Santo de participar de atividades fraudulentas para sustentar o conglomerado familiar, que tem investimentos em setores diversos, como bancos, mineração de diamantes e hotéis.

Um porta-voz do Novo Banco, que não foi implicado em qualquer investigação, não quis comentar.

As unidades do BES na Líbia, Miami e Angola são agora parte do "banco ruim".

Ricardo Salgado, diretor-presidente do banco durante muito tempo e patriarca da família, foi detido e liberado em outra investigação sobre lavagem de dinheiro em julho. Salgado, que não quis comentar para esse artigo, disse anteriormente que espera limpar o seu nome.

Ele procurou transformar o Espírito Santo numa potência internacional com foco em países como Angola, Brasil, Venezuela e Líbia, onde cultivou relações próximas com autoridades do governo e famílias endinheiradas, de acordo com ex-executivos do grupo.

Durante anos, o banco obteve lucros expressivos com os mercados emergentes, mas se envolveu em polêmicas ocasionais.

Em 2005, por exemplo, uma investigação do Senado americano sobre ativos ocultos do ditador chileno Augusto Pinochet concluiu que o Banco Espírito Santo operava contas secretas para ele e sua família. As contas foram abertas num período em que instituições financeiras deveriam ter congelado os ativos de Pinochet, que morreu em 2006. O banco afirmou, na época, que colaborou com as investigações.

O BES também se beneficiou de ser um dos poucos bancos ocidentais em certos países.

No início de 2011, a rebelião contra o regime de Gadhafi fechou o sistema financeiro da Líbia, controlado em grande parte pelo governo. O Aman Bank, que operava como parte do grupo Espírito Santo e no qual o banco português tinha uma fatia de 40%, tornou-se um dos únicos canais de transferência de dinheiro para dentro e fora da Líbia, informou o Banco Espírito Santo na época. O banco líbio não pôde ser contactado para comentar.

À medida que a guerra civil assolava a Líbia, em 2011, e muitos bancos líbios enfrentavam sanções internacionais, os executivos do Banco Espírito Santo facilitaram transferências bancárias que despacharam dinheiro do país para clientes do Aman e de outros bancos, segundo um ex-executivo do Espírito Santo. Parte desse dinheiro foi transferida para bancos do grupo Espírito Santo na Suíça e em Dubai, diz a fonte.

Haig Melkessetian, que trabalhou no serviço de inteligência dos EUA, estava ajudando o governo líbio, no ano passado, a encontrar ativos que foram retirados do país por membros do círculo próximo a Gadhafi. Melkessetian diz que executivos do Aman Bank e outros na Líbia disseram a ele que o banco havia exercido essa função para os membros da família de Gadhafi e que executivos do Espírito Santo em Portugal estavam cientes disso. Mas Melkessetian disse que não conseguiu obter provas das transações.

Pelo menos uma agência governamental americana avisou as autoridades portuguesas que estava investigando transferências de dinheiro do Aman Bank para fora da Líbia, segundo uma pessoa a par do assunto.

Enquanto isso, a procuradoria do distrito de Nova York está investigando o relacionamento do Banco Espírito Santo com um empresário venezuelano suspeito de estar envolvido em um esquema de lavagem de dinheiro para uma empresa da Venezuela. A tal firma também está sendo investigada por várias agências dos EUA por supostas violações da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior, entre outras coisas, diz uma pessoa a par da investigação. O banco de Miami, do qual o empresário era um dos maiores clientes, também recebeu uma intimação de um júri federal no Texas relacionada com as contas, segundo uma fonte com conhecimento da intimação.

Uma porta-voz do banco de Miami não quis comentar.

No ano passado, funcionários do banco de Miami ficaram preocupados ao notar que fundos estavam sendo transferidos para a conta do empresário por agências de casas populares da Venezuela. O dinheiro era, então, enviado para lugares como as Ilhas Cayman e Suíça, segundo ex-funcionários do banco. Eles disseram que o banco fechou a conta este ano e informou aos reguladores que as transações pareciam suspeitas.

(Colaboraram Christopher Matthews e John Revill.)

17-02/12/2014

Finalizada a venda de 60% da Galvani à norueguesa Yara Por Carine Ferreira | De São Paulo

A multinacional norueguesa Yara, uma das maiores empresas do segmento de fertilizantes no mundo, anunciou ontem que concluiu a aquisição de 60% da brasileira Galvani, o que permite o início do processo de integração, conforme comunicado. O acordo entre as duas companhias tinha sido anunciado em agosto deste ano.

O valor total da transação foi de US\$ 318 milhões, sendo que US\$ 132 milhões serão destinados aos negócios já existentes da Galvani e, os US\$ 186 milhões restantes, aos projetos de mineração e produção de fertilizantes da companhia brasileira, que faturou no ano passado US\$ 352 milhões.

A Galvani tem capacidade para produzir cerca de 1 milhão de toneladas por ano de superfosfato simples (SSP) nos complexos industriais de Paulínia (SP) e Luís Eduardo Magalhães (BA). Também tem novos projetos de mineração de rocha fosfática e de ampliação da produção atual de fosfatados no Brasil.

No acordo feito entre as duas empresas, a Yara se comprometeu a apoiar os projetos de mineração em andamento da Galvani caso certas condições sejam atingidas. Haverá também um ajuste pós-fechamento do capital de giro, informou a companhia.

Com a aquisição de fatia majoritária da Galvani, a Yara terá acesso a uma produção integrada desde a mineração da rocha até a produção de adubos fosfatados em regiões de expressivo crescimento agrícola, como o Centro-Norte e o Nordeste.

"Esta aquisição complementa a presença da Yara no Brasil e fortalece ainda mais a posição da Yara na região agrícola com mais rápido crescimento no mundo", disse Torgeir Kvidal, presidente e CEO da Yara International, no comunicado.

Líder em vendas de fertilizantes ao consumidor final no país, com 25% de participação (cerca de 8 milhões de toneladas por ano), a Yara produz cerca de 1 milhão de toneladas de fertilizantes fosfatados por ano, o mesmo volume da Galvani. A receita da Yara no país no ano passado foi de R\$ 5,6 bilhões, ainda refletindo pouco a incorporação da área de fertilizantes da Bunge, em negócio concluído no ano passado.

18-02/12/2014

Analistas continuam a cortar projeções de preços

Por **Olivia Alonso** | De São Paulo

A desaceleração da economia chinesa e o aumento da oferta global de minério de ferro estão levando analistas a manter cortes em suas projeções para os preços da commodity nos próximos anos.

No início deste ano, as estimativas de dez bancos consultados pelo **Valor** eram de um preço médio de US\$ 114 por tonelada neste ano e de cotações próximas de US\$ 100 por tonelada em 2015 e 2016. Hoje, os analistas apontam como projeções mais altas US\$ 90 a tonelada, e os números mais recentes são mais pessimistas para as mineradoras: de US\$ 50 a US\$ 80 por tonelada, em média, no próximo ano.

Ontem, o minério de ferro foi negociado a US\$ 70,60 a tonelada, para um teor de 62% de ferro.

Surpresos com a rápida queda do preço da matéria-prima do aço nas últimas semanas, os analistas comentam que a China não vem cortando sua produção de minério de ferro conforme era esperado. Com altos custos, as empresas chinesas estão operando com prejuízos, afirmam. Com isso, além dos novos projetos que estão adicionando ao mercado dezenas de milhões de toneladas ao ano, a oferta segue sustentada pela produção atual de alto custo.

A demanda também tem sido uma surpresa negativa para o setor. Os analistas do Deutsche Bank dizem que o inverno está prejudicando a produção no setor de

construção civil na China, em um momento também complicado para o setor dado o excesso de oferta no mercado imobiliário. Com isso, diminuiu a demanda por aço no país, que é o maior comprador dos embarques globais de minério de ferro, com cerca de dois terços do total.

Para o último trimestre de 2014, Standard Bank, Citi, ANZ Bank, Goldman Sachs, Barclays e JP Morgan estão entre os bancos que cortaram projeções.

Em geral, os analistas afirmam que as perspectivas seguirão ruins para a demanda chinesa em 2015, embora alguns mencionem a chance de um aumento pontual das compras de minério de ferro após o inverno do país, para reposição de estoques. Após dados mais fracos da indústria chinesa nos últimos meses, a percepção é a de que o país não vai puxar a demanda como antes. O índice de gerente de compras (PMI) do setor manufatureiro, medido pelo HSBC, por exemplo, registrou 50 em novembro na China, menor nível desde maio de 2014.

Nas contas do Citi, o minério seguirá em queda e atingirá uma média de US\$ 50 por tonelada no fim do ano que vem. O ANZ Bank calcula agora US\$ 78 para a tonelada em 2015, abaixo dos US\$ 101 por tonelada anteriormente. O Goldman Sachs, que estima um acréscimo de 130 milhões de toneladas vindas do Brasil e da Austrália no período de 2015 e 2016, estima US\$ 80 por tonelada em 2015 e US\$ 79 em 2016.

Analistas do Standard Bank e do Barclays, embora tenham colocado em seus últimos relatórios das últimas semanas preços da ordem de US\$ 90, afirmaram ontem que seus números já estão velhos. A demanda chinesa caiu significativamente desde o início do trimestre, enquanto os embarques cresceram mais do que o esperado, afirma a analista Melinda Moore, do Standard Bank. Em seu relatório, ela citava como risco de baixa do preço a possibilidade de o governo chinês ajudar as mineradoras em US\$ 5 a US\$ 10 por tonelada, como já aconteceu no caso de carvão.

O JP Morgan espera um preço médio de US\$ 80 por tonelada no quarto trimestre deste ano, 6% abaixo de sua previsão anterior. Isso significa um preço médio anual de US\$ 99 por tonelada. Para 2015, estima US\$ 88 por tonelada, 9% abaixo da previsão anterior.

19-02/12/2014

Ministério revê previsão para balança do ano de superávit para déficit

Por Lucas Marchesini e Thiago Resende | Valor

BRASÍLIA - O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) reviu a sua estimativa e agora prevê um déficit na balança comercial brasileira em 2014, avaliou o diretor do Departamento de Estatística e Apoio à Exportação da pasta, Roberto Dantas.

Até a divulgação de um déficit de US\$ 2,350 bilhões em novembro, nesta segunda-feira, o ministério mantinha a previsão de superávit na balança anual.

“Diante dos números de novembro, o Mdic está revendo o desempenho da balança de superávit para déficit. O ministério está trabalhando agora com déficit na balança comercial em 2014”, avaliou ele.

Ele acrescentou que “embora o número de dezembro seja tradicionalmente superavitário, ainda sim não deverá superar o déficit que está no acumulado entre janeiro e novembro”, que é de US\$ 4,221 bilhões.

Dantas explicou ainda que o déficit na balança se deve, ente outros fatores, à queda no preço do minério de ferro "enquanto se esperava um aumento de preço, a redução nas exportações de carne e preços da conta petróleo".

20-02/12/2014

DNPM APROVA RELATÓRIO DE PESQUISA DO PROJETO CANDONGA

A Centaurus Metals informou hoje (1) que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) aprovou o Relatório Final de Pesquisa do projeto de minério de ferro Candonga, em Minas Gerais, para minério pronto para entrega (DSO, na sigla em inglês) . Com a aprovação, a mineradora pretende aplicar o pedido de concessão de lavra para o projeto ainda este mês.

De acordo com comunicado enviado ao mercado pela Centaurus nesta segunda-feira, a aprovação do relatório de pesquisa “abre o caminho” para a empresa apresentar ao DNPM o pedido de concessão de lavra para Candonga. A mineradora planeja iniciar a produção no projeto no segundo trimestre de 2015, no ritmo de 300 mil toneladas por ano, utilizando a Guia de Utilização (GU) concedida em abril deste ano.

Segundo a Centaurus, o processo de licenciamento de Candonga junto ao DNPM está avançado e a visita de representantes do departamento à planta ocorreu em setembro. A expectativa da mineradora é receber a concessão de lavra no primeiro trimestre de 2015, com start-up previsto para o trimestre seguinte.

O objetivo do projeto Candonga é produzir minério de ferro granulado (lump) e sinter feed, ambos com alto teor e baixo nível de impurezas. Segundo a Centaurus, os produtos possuem alta demanda nas indústrias de aço e ferro-gusa locais.

O estudo de viabilidade do projeto Candonga, recentemente concluído, apontou uma operação de baixo custo, necessitando de investimentos na ordem de US\$ 3,06 milhões.

Com a aprovação do relatório final de pesquisa, a Centaurus tem agora até 12 meses para entregar o Plano de Aproveitamento Econômico (PAE) que, segundo a mineradora, é o documento-chave para a concessão de lavra. A companhia informou que o PAE já

está bem avançado, baseado no estudo de viabilidade já concluído, e deve ser apresentado ao DNPM ainda este mês.

A Centaurus disse também que, baseada na experiência da companhia com o licenciamento do projeto de minério de ferro Jambreiro, deve levar de seis a nove meses para que a concessão de lavra de Candonga seja formalmente aprovada pelo DNPM.

"A rápida aprovação do relatório final de pesquisa pelo DNPM é uma importante conquista de nossa equipe no Brasil, que tem tido um desempenho impressionante no avanço de nossos projetos. Isso abre o caminho para a aplicação da concessão de lavra, o que permitirá, no futuro, que possamos expandir nossas operações para além das 300 milhões toneladas por ano previstas inicialmente", disse o diretor administrativo da Centaurus, Darren Gordon.

O projeto Candonga é um depósito satélite localizado a 33 quilômetros ao sul do projeto de minério de ferro Jambreiro, o principal ativo da Centaurus no Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

21-03/12/2014

Vale reduzirá investimentos em 2015 pelo quarto ano seguido

De acordo com a companhia, a queda é fruto da manutenção da "disciplina na alocação de capital" e do foco "em projetos de classe mundial"

A Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, anunciou nesta terça-feira que reduzirá o investimento anual pelo quarto ano seguido em 2015, focando recursos apenas em projetos de classe mundial em meio à queda do valor de seu principal produto.

Os investimentos em execução de projetos e em manutenção de operações existentes deverão somar US\$ 10,16 bilhões, queda de 26,37% em relação ao total anunciado para 2014.

A empresa disse que investirá US\$ 6,358 bilhões na execução de projetos e US\$ 3,809 bilhões em manutenção de operações em 2015, segundo fato relevante.

De acordo com a companhia, a queda pelo quarto ano consecutivo no investimento é fruto da manutenção da "disciplina na alocação de capital" e do foco "em projetos de classe mundial".

A mineradora ressaltou que as principais iniciativas de crescimento em minério de ferro são responsáveis por 71% do total orçado para o desenvolvimento de projetos em 2015, com foco na expansão em Carajás, no Pará, e conclusão de Itabiritos, para aumento de produção e melhoria de qualidade do produto extraído.

Em manutenção de operações de minério de ferro, a empresa prevê investir US\$ 1,929 bilhão, cerca de metade do total orçado para todos os produtos.

Após o anúncio, houve uma redução na alta das ações da empresa no mercado nesta terça-feira, e os papéis passavam a operar com volatilidade.

Por volta das 13h45, as preferenciais caíam 0,10%.

Produção

A empresa ainda prevê produzir 340 milhões de toneladas de minério de ferro no ano que vem, além de 303 mil toneladas de níquel.

O anúncio foi feito antes do Vale Day, evento anual que acontecerá nesta tarde na Bolsa de Valores de Nova York.

Fonte:UOL

22-03/12/2014

BHP uma gigante em queda

A BHP, assim como as suas arquirrivais Rio Tinto e Vale estão sofrendo com a continuada queda do preço do minério de ferro, que desde fevereiro de 2011 já caiu 63%. Entretanto, para a BHP, as notícias ruins não param por aí.

O petróleo, que era um dos principais diferenciais da empresa e que a mantinha na posição incontestável de número um, começa agora a afundar a mineradora. As

previsões do JPMorgan é que o barril deverá custar US\$81 em 2016 o que vai exacerbar ainda mais a situação da empresa.

Desde junho enquanto as ações da Rio caíam apenas 4% as da BHP, puxadas pela queda dos preços do petróleo, já caíram 19%. A mineradora investiu pesado, (US\$30 bilhões) no óleo dos folhelhos nos Estados Unidos e nos seus projetos de minério de ferro duas commodities em queda. Só nos Estados Unidos os projetos no folhelho consomem US\$4 bilhões por ano em Capex, o que começa a afetar as finanças da gigante.

Por outro lado, na área de carvão, as coisas estão ainda piores. Com a mudança da matriz energética na China os produtores de carvão australianos, onde a BHP é uma das líderes, estão fechando minas e revendo investimentos. A mineradora já revê os seus investimentos na área.

A situação é dramática e os analistas do Citi já calculam um prejuízo de US\$8.8 bilhões nos próximos dois anos. Enquanto isso as ações despencam rapidamente para níveis de 5 anos atrás e a empresa apresenta um valor de mercado de apenas US\$151,9, o mesmo valor que a Vale tinha em agosto de 2011...

Fonte: www.geologo.com.br

23-03/12/2014

Laboratório de Modelagem Molecular do Cetem diminuirá custos de produção do setor mineral

O Centro de Tecnologia Mineral (Cetem/MCTI) inaugura nesta quarta-feira, 3, o Laboratório de Modelagem Molecular (LABMOL), o primeiro órgão de governo no Brasil especializado em análise computacional voltado para o setor mineral. A modelagem molecular desenvolvida pelo Cetem propicia simulações utilizando uma variedade de programas com o objetivo primordial de encontrar a interação entre compostos minerais com reagentes químicos específicos. O resultado da simulação desta interação permitirá ou não a aplicação prática do produto final na indústria.

O Laboratório de Modelagem Molecular, além de procurar a melhor interação para o estudo entre compostos minerais, será fundamental para indústria de transformação mineral, pois contribuirá na economia de tempo e custo quando os resultados da modelagem forem levados para escala industrial. O LABMOL terá como responsável o pesquisador Julio Guedes, que coordenará uma equipe de cinco profissionais. O Laboratório funcionará na sede do Centro, na Cidade Universitária, Rio de Janeiro.

Fonte: CETEM

24-03/12/2014

Vale avalia IPO de parte da divisão de metais básicos, diz presidente
REUTERS

A mineradora Vale considera vender fatia de 30 a 40 por cento da sua unidade de metais básicos por meio de uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), para arrecadar recursos para projetos importantes em meio à queda do preços das commodities.

"Não estamos considerando vender uma fatia minoritária em IPO a qualquer preço, apenas no caso de termos um preço justo", afirmou nesta terça-feira o presidente da companhia, Murilo Ferreira, a investidores em Nova York.

Alguns analistas avaliaram a divisão de metais básicos em valores entre 28 bilhões e 35 bilhões de dólares.

A decisão final sobre a oferta de ações deve ser tomada até agosto de 2015.

O executivo disse que a empresa estava em conversas com investidores e que, se o IPO for adiante, seria provável a listagem em Toronto, confirmando uma matéria publicada mais cedo pela Reuters.

As maiores empresas de mineração do mundo estão vendendo ativos não essenciais, a fim de resistir a uma era de preços mais baixos causados por um excesso da oferta e pela desaceleração do crescimento da demanda na China.

As margens de lucro da Vale têm sofrido com o preço do minério de ferro, que tende a representar cerca de 80 por cento dos lucros da mineradora. O preço da matéria-prima do aço caiu pela metade neste ano, para cerca de 70 dólares/tonelada.

A divisão de metais básicos da Vale é composta principalmente por ativos de níquel adquiridos em 2006 através da compra da canadense Inco.

"Pode haver uma janela virtuosa por esta oportunidade", disse o diretor financeiro da Vale, Luciano Siani, referindo-se ao potencial IPO, que ele valoriza entre 30 bilhões e 35 bilhões de dólares.

(Por Lucas Iberico Lozada, reportagem adicional de Euan Rocha em Toronto)

25-03/12/2014

Vale estima aumentar em 9% a extração de minério de ferro em 2015

Por **Renato Rostás** | Valor

SÃO PAULO - A Vale informou nesta terça-feira que espera extrair 340 milhões de toneladas de minério de ferro no ano, o que significaria crescimento de 9% frente ao aguardado para este ano.

O montante divulgado não inclui as operações da Samarco, que a companhia divide com a anglo-australiana BHP Billiton, mas leva em conta o minério que deve ser comprado

de terceiros. Grande parte do aumento de capacidade virá da expansão em Carajás, no Pará.

A alta nas metas de produção é um dos motivos que pressiona atualmente a cotação do minério de ferro no mercado à vista. Não só a Vale, como as grandes concorrentes — como a própria BHP e a Rio Tinto — pretendem aumentar oferta do insumo de alta qualidade, no momento em que a demanda, especialmente da China, não acompanha o mesmo ritmo.

O fato relevante traz também as projeções para pelotas de minério. A companhia espera produzir 44,4 milhões de toneladas no total. Em relação ao carvão, a expectativa é de 10,6 milhões de toneladas, enquanto para o níquel é projetado nível de extração de 303 mil toneladas para 2015.

A Vale quer ainda produzir 449 mil toneladas de cobre, 476 mil toneladas de potássio e 8,51 milhões de toneladas de rocha fosfática.

26-03/12/2014

O lado conservacionista das empresas

Por **Marcia Hirota**- Valor

Pouco abordada e valorizada no país, a iniciativa de empresários na criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), certificando parte de suas propriedades para a proteção dos ambientes naturais e da biodiversidade, é uma importante estratégia para a conservação da Mata Atlântica. Isto porque as RPPNs têm conquistado um espaço cada vez maior na proteção dos ecossistemas brasileiros, sendo uma categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que trabalha diretamente com a sociedade civil, por meio de um ato voluntário de proprietários rurais e empresários que desejam criar uma área protegida em caráter perpétuo.

Há no Brasil, hoje, mais de 1.200 RPPNs que protegem aproximadamente 700 mil hectares. Na Mata Atlântica, onde cerca de 80% dos remanescentes florestais estão em áreas privadas, elas são mais de 900 e preservam aproximadamente 200 mil hectares. Desse total, cerca de 90 mil hectares estão distribuídos por 163 reservas criadas ou financiadas por empresas. Os outros 110 mil hectares encontram-se em 737 reservas instituídas por proprietários engajados com a conservação.

Ou seja, as reservas corporativas, mesmo em menor número, acabam por abranger quase metade da área protegida por RPPNs nesse bioma. Os dados são do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, coordenado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com a Conservação Internacional.

A reserva particular é de domínio privado, é isenta de ITR referente à área da reserva e tem incentivos financeiros

O Decreto 5.746/06, que regulamenta as RPPNs, reconhece que a reserva particular é de domínio privado. Assim, uma reserva particular do patrimônio natural é gravada em perpetuidade na escritura do imóvel, o direito sobre a propriedade é preservado e ainda são oferecidos alguns benefícios, como isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente à área da reserva e incentivos financeiros.

Quando uma área é reconhecida como RPPN, ficam permitidas em seu interior apenas atividades de pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Pode parecer restritivo, mas muitas já perceberam os benefícios desse investimento ambiental.

Para as empresas do agronegócio, por exemplo, a presença de RPPNs tem impacto direto em suas atividades, pois pode agregar valor aos seus produtos e serviços - tanto em qualidade quanto em imagem. A reserva contribui ainda para o equilíbrio ecológico, principalmente no que se refere ao controle biológico de pragas e a conservação dos recursos hídricos. Das RPPNs corporativas na Mata Atlântica, 30 são de empresas desse setor, abarcando uma área total de 13.358 hectares.

A constituição de uma RPPN pode também abrir um novo espaço de relacionamento da empresa com seus públicos de interesse. São várias as alternativas, como a oferta de atividades de recreação, lazer e de educação ambiental que envolvam a comunidade; o uso da RPPN como ambiente para treinamento e integração de seus colaboradores e o desenvolvimento de pesquisas científicas que promovam a geração de conhecimento e trocas com o meio acadêmico.

Outro setor que tem se beneficiado com a criação de reservas privadas é o de empreendimentos imobiliários e turísticos - tais como hotéis, pousadas e condomínios. Essas RPPNs acabam valorizando a região onde estão inseridas e abrem oportunidades de desenvolvimento de novos negócios ligados ao turismo sustentável, principalmente se aliados à visitação de parques localizados nos seus entornos. Esse é o setor com mais RPPNs na Mata Atlântica - são 50 reservas que protegem 5.137 hectares.

Já em área, a liderança fica para o setor florestal. Com 31 RPPNs, ele é responsável pela conservação de 40.319 hectares. As principais empresas do setor são pioneiras nessa estratégia de associarem seus negócios à proteção de fragmentos da Mata Atlântica, como é o caso da Klabin, uma das maiores fabricantes e recicladoras de papéis do Brasil, que desde 1998 mantém a RPPN Fazenda Monte Alegre, com 3.852,3 hectares, em Telêmaco Borba, no Paraná. Lá são desenvolvidas pesquisas científicas, ações de proteção dos recursos hídricos, fornecimento de sementes de espécies florestais para a restauração de áreas degradadas, além da proteção de eventuais sítios arqueológicos e culturais.

Uma alternativa para empresas interessadas em investir em conservação é a criação de organizações sem fins lucrativos, como é o caso da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, criada em 1990 pela indústria de cosméticos e perfumaria O

Boticário. Desde então, a Fundação apoia pesquisas e projetos ambientais e adquiriu em 1994, com apoio da The Nature Conservancy (TNC), a área de sua primeira reserva natural, a RPPN Salto Morato, no município de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, onde protege 2.253 hectares de Mata Atlântica. Desde 1996, a reserva está aberta à visitação do público e se tornou uma das atrações turísticas do município, recebendo mais de 10 mil visitantes por ano, trazendo dinamismo à economia regional. Em 1999 a reserva foi reconhecida pela Unesco como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade.

Os demais setores que investem em RPPNs na Mata Atlântica são: siderurgia e mineração (30 reservas que abrangem 10.067 hectares); serviços (11 RPPNs - 9.375 hectares); energia (6 - 10.903 hectares); têxtil (2 - 135 hectares); empresa pública (1 - 763 hectares) e comércio atacadista (1 - 96 hectares).

Com esses exemplos, esperamos estimular que outras empresas identifiquem áreas preservadas em suas propriedades com alto valor para a conservação e as protejam sob a forma de reservas particulares. Como vimos, esse é um investimento em que todos saem ganhando. A empresa associa sua imagem diretamente à conservação ambiental, além de se beneficiar das atividades desenvolvidas em suas áreas. Já a natureza ganha um importante aliado para a preservação da rica, porém ameaçada, biodiversidade brasileira.

Marcia Hirota é diretora executiva da Fundação SOS Mata Atlântica

27-03/12/2014

Copelmi e Posco fecham acordo para produzir gás natural sintético no RS

Por **Sérgio Ruck Bueno** | De Porto Alegre

A mineradora gaúcha Copelmi e o grupo coreano Posco planejam construir uma unidade de produção de gás natural sintético (GNS), ou "gás de síntese", a partir de carvão mineral no Rio Grande do Sul para injetar na rede da Sulgás, distribuidora controlada pelo governo do Estado e pela Petrobras. O projeto requer um investimento da ordem de US\$ 1,8 bilhão e o plano é colocar a unidade em operação no fim de 2019 ou início de 2020, disse ao **Valor** o diretor de novos negócios da Copelmi, Roberto Faria.

A unidade terá capacidade para fornecer 2 milhões de m³ por dia de gás natural com o beneficiamento de 3,5 milhões de toneladas de carvão por ano. O volume supera o contrato atual de fornecimento de gás boliviano para a Sulgás por intermédio da Petrobras, que é de 1,85 milhão de m³ diários e vence em 2019. A Copelmi estuda o uso do carvão para a produção de GNS desde 2012 em parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) e em abril passou a desenvolver o projeto com a Posco.

O protocolo para a construção da usina será assinado hoje pelas empresas na sede do governo do Estado, que dará benefícios fiscais na importação de equipamentos. Também será firmado memorando para a venda do combustível à distribuidora, o que

viabiliza econômico e financeiramente o empreendimento. Segundo Faria, o preço do GNS será "competitivo" com o do gás comprado atualmente pela Sulgás, em torno de US\$ 10 a US\$ 12 por milhão de BTU.

A usina de gaseificação ficará na divisa entre os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas, na região metropolitana de Porto Alegre, onde a Copelmi tem uma mina com 200 milhões de toneladas certificadas. A qualidade da matéria-prima é compatível com as exigências da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que precisa homologar o combustível, disse o diretor.

Este estoque de carvão mineral garante 57 anos de produção de 2 milhões de m³ de gás diários, mas a empresa tem mais 500 milhões de toneladas em reservas passíveis de mineração na região. Segundo Faria, a partir do mesmo processo de beneficiamento da matéria-prima é possível produzir químicos básicos como metanol e nafta, que podem abastecer o polo petroquímico de Triunfo.

O plano prevê que a Posco será a responsável pela implantação da usina e entrará com 30% do capital. A Copelmi será responsável pelos 70% restantes, mas vai captar parte do capital com investidores com os quais fará um acordo de acionistas para controlar o empreendimento. Conforme Faria, a construção de uma unidade deste tipo leva três anos, mas o prazo estimado para a entrada em operação considera o tempo necessário para a conclusão dos estudos de viabilidade, licenciamento ambiental e a negociação com potenciais sócios.

Maior mineradora privada de carvão do país, a Copelmi tem ainda minas nos municípios de Butiá e Cachoeira do Sul. Em Candiota, no sul do Estado, detém 70% da Mina do Seival (os 30% restantes pertencem à Eneva), que disputa o fornecimento de carvão para a termelétrica de 294,5 megawatts (MW) médios de potência que a Tractebel vai construir no município após garantir a venda da energia no leilão A-5 realizado pelo governo federal na semana passada.

28-03/12/2014

Vale admite cisão no metal básico

Por **Sergio Lamucci, Francisco Góes e Rafael Rosas | De Nova York e do Rio**

Ferreira: “Temos um inconformismo em relação ao valor percebido nas ações da Vale sobre o negócio de metais básicos”

A Vale confirmou, ontem, pela primeira vez, que cogita abrir o capital da área de metais básicos da companhia. "Trata-se de um inconformismo que nós temos em relação ao valor percebido nas ações da Vale sobre o negócio de metais básicos", disse o

presidente da Vale, Murilo Ferreira, depois de participar de um encontro com investidores na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse). A possibilidade de vender no mercado uma fatia minoritária - entre 30% e 40% - do negócio de metais básicos se insere em uma estratégia mais ampla da Vale. O plano considera vender ativos ou parte deles em diversas áreas de atividade para gerar caixa adicional e assim fazer frente aos investimentos em 2015 e 2016 em um cenário de queda nos preços do minério de ferro. No total, a mineradora vê potencial de arrecadar entre US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões com as vendas de ativos.

Além da possibilidade de se desfazer de fatia nos metais básicos, há outras alternativas que são estudadas pela empresa para obter recursos adicionais. As opções incluem parceria com investidores no negócio de carvão, transação que pode ser anunciada em 17 de dezembro; e a oferta de ações preferenciais vinculadas a ativos específicos. Ontem o mercado ainda tentava entender melhor a opção envolvendo ações preferenciais. "São ações que poderão ser lançadas a mercado, com data de recompra, e isso vai trazer também uma possibilidade de fluxo de caixa. Esse caso das ações preferenciais tem uma viés muito mais de trazer recursos enquanto nós construímos o projeto mais importante da nossa história, que é o S11D, de Carajás", disse Ferreira. Também fazem parte da lista de vendas o negócio de fertilizantes, tarefa que a empresa continua a analisar; e parte das ações da mineradora na MRS Logística, entre outras medidas.

"Nós achamos que há um valor escondido [nos metais básicos] que precisa ser melhor expresso", disse Ferreira. E acrescentou sobre a possibilidade do IPO: "Seria uma forma de destravar o valor desses negócios de metais básicos." Ele ressaltou, porém, que a operação ainda não foi levada à consideração do conselho de administração da Vale, sendo uma opção em estudo: "Nós não temos data fixada e nem uma decisão tomada sobre esse eventual IPO [sigla em inglês para oferta inicial de ações], mas parece lógico que uma das praças em que poderia ser feito é Toronto, no Canadá, para metais básicos", disse ele, citando as realizadas nas províncias de Ontário, Manitoba e Labrador.

A possível cisão da área de metais básicos da Vale já havia sido adiantada pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, na semana passada, e foi confirmada por Ferreira na abertura do Vale Day, ontem, na Nyse. O executivo afirmou que um eventual IPO da área de metais básicos não será feito "a qualquer preço" e poderá ocorrer apenas caso haja uma "oferta justa" pelos ativos. Na visão do mercado, a venda de parte dos metais básicos ajudaria a Vale a precificar melhor os ativos de níquel e cobre em um momento em que esses produtos têm tendência de alta no mercado. O objetivo da Vale é ter a documentação necessária para o IPO pronta em agosto do ano que vem para se analisada por conselheiros e acionistas. Segundo ele, uma fatia entre 30% e 40% dos ativos de metais básicos poderá ser ofertada na Bolsa de Toronto.

Em entrevista, depois do encontro com investidores, Ferreira se recusou, porém, a comentar o valor da eventual divisão de negócios de metais básicos. "Para responder a essa pergunta, eu teria que assumir que nós já decidimos o IPO", disse. O executivo

destacou que se trata de uma opção e, nesse contexto, não haveria como aventar eventuais valores. Companhias do setor de metais básicos costumam ter valor de empresa ("enterprise value") equivalente a sete vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda na sigla em inglês) anual.

O diretor-executivo de finanças da Vale, Luciano Siani, reiterou que os metais básicos podem gerar Ebitda entre US\$ 4 bilhões e US\$ 6 bilhões ao ano em 2018. Assim, o negócio de metais básicos da Vale poderia valer, separadamente, entre US\$ 28 bilhões e US\$ 42 bilhões, nas contas do mercado, sem considerar a dívida. Siani afirmou ainda que, mesmo no atual cenário de preços do minério de ferro, não há razões para a Vale pensar em fechar minas em qualquer de seus três principais sistemas de produção no Brasil: norte, no Pará; sudeste e sul, ambos em Minas Gerais.

Siani também disse aos investidores que, para 2018, o segmento de minério de ferro, principal negócio da companhia, deverá gerar um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 16 bilhões a US\$ 20 bilhões. Essas projeções dependem do nível de preços do minério de ferro. Ferreira afirmou, por sua vez, que a empresa trabalha em um mercado desafiador, mas destacou que o mercado afeta todas as companhias do segmento, ao mesmo tempo em que traçou um cenário positivo para a economia da China, maior consumidora mundial de minério de ferro. Ele procurou mostrar uma visão otimista. "Quando o mercado está em um nível mais baixo de preços, as pessoas acham que vai ficar pior. Quando estão mais altos, acham que vai ficar mais exuberante."

29-03/12/2014

Não-ferrosos ganham espaço nos resultados

Por **Olivia Alonso | De São Paulo**

Os metais básicos, principalmente o níquel, ganharam mais importância nos resultados da Vale nos últimos meses e, na estimativa de analistas, podem gerar um Ebitda equivalente a 39% do total esperado para a companhia em 2015, muito acima dos 18% esperados para este ano.

Considerando a receita bruta da mineradora, os metais não-ferrosos saltaram de uma participação de 16% nos primeiros nove meses de 2013 para 20% no mesmo período deste ano. Em 2012, o grupo formado por níquel, cobre, ouro, prata, cobalto e outros metais correspondeu a 15%.

Em setembro, sem considerar a separação dos ativos de metais não-ferrosos, o Citi já estimava que essa área poderia gerar um Ebitda de US\$ 5 bilhões em 2015, 39% do total esperado para a Vale. O valor é muito superior aos cerca de 20% previstos para este ano (US\$ 2,9 bilhões) e aos 8% de 2013.

Com o aumento de representatividade desse negócio, passou a fazer sentido que os ativos de metais ganhem "vida própria" dentro da Vale, deixando de ficar à sombra do minério de ferro. Uma separação dessa área pode dar maior visibilidade às operações dos não-ferrosos, que já têm tamanhos relevantes em seus mercados.

Responsável por 59% do faturamento da empresa com metais básicos, o níquel passou de 8% do total da receita bruta da Vale de janeiro a setembro de 2013 para 12% no mesmo período deste ano, considerando valores em moeda local. Foram R\$ 7,7 bilhões, de um total de R\$ 45,6 bilhões, 25% mais do que os R\$ 6,2 bilhões nos mesmos meses de 2013. A alta do preço foi importante para esse salto. Nos últimos 12 meses, o níquel subiu 22% na bolsa de Londres (LME).

Enquanto isso, o minério de ferro - que cai 48% em 2014 - perdeu espaço na receita da Vale. De 59% do total até setembro de 2013, passou a 51% no mesmo período deste ano, com R\$ 33,9 bilhões.

Considerando todos os minerais ferrosos, o que inclui pelotas, manganês e ferroligas, a participação caiu de 73% do total das receitas dos nove meses de 2013 para 69% no mesmo período deste ano.

Como as projeções do mercado indicam aumento do preço do níquel nos próximos anos - e queda do minério de ferro -, analistas já mencionavam nos últimos meses a mudança na composição dos resultados da Vale. A empresa produz níquel no Brasil, no Canadá, na Indonésia e na Nova Caledônia.

Em 2015, o metal deverá ter outro ano positivo, com preço em alta. Para o minério de ferro, porém, as estimativas são de queda.

Muito utilizado na produção de aço inox, o níquel teve uma forte alta por causa da proibição de exportações de minérios na Indonésia, importante produtor global, o que provocou uma corrida às compras na expectativa de redução da oferta. Como essa situação continua, analistas do Citi, estimavam um aumento de 31% no preço médio do níquel em 2015. O BNP Paribas estima US\$ 22,1 mil por tonelada em 2015, 29% acima do preço médio deste ano, de US\$ 17 mil.

Para o minério de ferro, o Citi projeta preço médio de US\$ 62 no último trimestre de 2015, 38% abaixo da média deste ano, de cerca de US\$ 100 por tonelada.

30-03/12/2014

Vale cogita vender até 40% dos ativos de metais básicos em Toronto

Por **Rafael Rosas e Francisco Góes** | Valor

RIO - O presidente da Vale, Murilo Ferreira, afirmou hoje, durante o Vale Day na Bolsa de Nova York, que a empresa pode vender entre 30% e 40% de participação na

área de metais básicos caso decida fazer uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) desses ativos. O IPO, caso se confirme, ocorreria na Bolsa de Toronto, segundo o executivo.

O objetivo da companhia, ainda de acordo com Ferreira, é ter toda a documentação necessária para o IPO pronta até agosto do ano que vem, para que a operação possa ser apresentada para apreciação dos acionistas da companhia.

“O principal alvo não é o fluxo de caixa, mas ver um reconhecimento do valor [dos ativos] de metais básicos”, frisou Ferreira. “[Devemos vender] de 30% a 40%, ainda não está definido. Vamos analisar”, acrescentou.

31-03/12/2014

ARCELORMITTAL VAI AUMENTAR A PRODUÇÃO NO ESPÍRITO SANTO EM 2015

Apesar de um ambiente econômico interno adverso e do excesso de oferta mundial de aço, o diretor-presidente da ArcelorMittal no Brasil, Benjamin Baptista Filho, afirmou que a usina siderúrgica Tubarão aumentará sua produção em 2015. No ano passado, a produção da unidade no Espírito Santo ficou em 4,4 milhões de toneladas e este ano deve fechar com cerca de 5,4 milhões. A previsão para o ano que vem é que a produção cresça em 2 milhões de toneladas devido à retomada neste ano do alto-forno 3, com capacidade de 2,8 milhões de toneladas. De acordo com Baptista Filho, o terceiro forno de Tubarão já está operando a plena carga e a produção adicional vai ser totalmente contabilizada no ano que vem.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

32-03/12/2014

RIO TINTO APROVA EXPANSÃO DE MINA DE DIAMANTES

Localizada a 300 km da cidade canadense de Yellowknife, em uma região remota do subártico, a mina de diamante Diavik, controlada pela joint-venture entre a Rio Tinto e a Dominion Diamond Corporation, iniciará, em 2015, a construção de uma quarta frente de lavra, denominada A21. A construção da nova galeria de extração do complexo faz parte do plano original da mina, e está orçada em US\$ 350 milhões.

A A21 terá as mesmas tecnologias de engenharia utilizadas para a implantação da mina e das outras três galerias já existentes. De acordo com os porta-vozes da mineradora, a nova infraestrutura será uma importante fonte de abastecimento e irá garantir os atuais níveis de produção da empresa.

A mina subterrânea de Diavik iniciou a sua produção em 2003, atingindo sua capacidade anual total, de 8 milhões de quilates, em 2014. Atualmente, o site emprega mais de 800 funcionários.

Fonte: Revista Minérios & Mineraleis

33-03/12/2014

MINERADORAS BUSCAM SOLUÇÕES PARA GARANTIR A SST

Projetos inovadores são finalistas do Prêmio Melhores Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho, promovido pelo IBRAM, por meio do programa MINERAÇÃO

A pronta resposta às emergências é uma das principais necessidades em qualquer atividade, pois só uma equipe realmente preparada é capaz de minimizar os impactos de um incidente. Pensando na importância desta área, o **IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração** classificou a Mineração Rio do Norte, a Votorantim Metais e a Yamana Gold como finalistas do Prêmio Melhores Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho, na categoria Atendimento às Emergências. A iniciativa é realizada por meio do **MINERAÇÃO – Programa Especial de Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração** e conta com o patrocínio do Sesi/CNI.

Os casos escolhidos para a etapa final foram “Simulados de Emergência MRN 2013” (Mineração Rio do Norte), “Plano de Auxílio Mútuo de Juiz de Fora (Votorantim Metais) e “Atendimento às Emergências” (Yamana Gold). A classificação de cada um deles será conhecida pelo público no dia 9 de dezembro, data da solenidade de premiação, que acontecerá na sede da FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais.

Para a coordenadora do **MINERAÇÃO**, Cláudia Pellegrinelli, a crescente participação no prêmio, que está em sua segunda edição, demonstra o envolvimento das empresas com o assunto. “Além de garantir a preservação de vidas, um pré-requisito fundamental para qualquer atividade econômica, o investimento em SST é, hoje, considerado um importante fator de competitividade na mineração”, garante.

Prova disso foi o projeto desenvolvido pela Votorantim Metais Zinco. Com sede em Juiz de Fora, a planta contou com o empenho do técnico em Segurança do Trabalho Paulo Roberto Sales Rocha, responsável pelo caso “Plano de Auxílio Mútuo de Juiz de Fora”. “A iniciativa surgiu da percepção da deficiência do Corpo de Bombeiros e da prestação de serviços dos órgãos que poderiam atender às emergências locais”, explica Rocha.

A partir deste diagnóstico, foram realizadas diversas reuniões e, com a superação de alguns entraves jurídicos, foi criado o primeiro Plano de Ajuda Mútua Extramuros de

Minas Gerais, com o objetivo de fornecer informações, agregar recursos e promover treinamentos integrados para empresas participantes e entidades relacionadas. O projeto começou a ser estruturado em 2001 e foi lançado em 2006. Um de seus maiores diferenciais, na opinião do técnico, é o nível de abrangência. “As empresas parceiras são o nosso foco, mas percebemos que nossas ações podem extrapolar este universo e beneficiar indiretamente todo o município”, explica.

Representando a Yamana, foi inscrito o case “Atendimento às Emergências”, coordenado pelo engenheiro de Segurança do Trabalho Sênior Cícero Alves Ferreira. “A gerência da mineradora pensa na resposta à emergência como o conjunto de controles para um evento maior indesejado. Este gerenciamento inclui prevenção, monitoramento, primeira resposta e resposta à emergência como o conjunto completo de controles”, esclarece. De acordo com ele, esta abordagem é usada para definir com mais cuidado as exigências da resposta à emergência, já que funciona também como simulação dos cenários. “O Plano de Ação de Emergência tem como objetivo evitar ou reduzir ao mínimo as lesões, danos e impactos às pessoas, incluindo empregados, contratados, terceiros e comunidades locais, ao meio ambiente, às propriedades e patrimônios e à continuidade dos negócios”.

Na Mineração Rio Norte, o projeto “Simulados de Emergência MRN 2013” apresentou o sucesso da aplicação dos exercícios simulados de atendimento às emergências realizados nas instalações da mineradora ao longo do último ano. O case, conduzido pelo engenheiro de Segurança do Trabalho Roberto Uilians Lopes dos Santos, envolveu todos os empregados da empresa, bem como terceirizados e a comunidade da vila de Porto Trombetas, onde a planta está localizada.

Mais informações sobre o Prêmio Melhores Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho estão disponíveis no site www.programamineração.org.br. Dados sobre o setor podem ser encontrados na página oficial do **IBRAM**: www.ibram.org.br.

Fonte: Assessoria

34-03/12/2014

EQUIPE ECONÔMICA

Setor mineral aprova Levy e Barbosa

Durante o Fórum Brasil Mineral, promovido pela revista Brasil Mineral, realizado dia 27 de novembro, executivos do setor aprovaram os nomes de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e de Nelson Barbosa, para a pasta do Planejamento, além da manutenção de Alexandre Tombini no Banco Central. O Diretor da Embu, Luiz Eulálio Terra, afirmou que a indicação da equipe econômica pode mudar para melhor o cenário para 2015 para o setor mineral. O executivo não citou apenas o ramo de sua empresa (agregados minerais), mas que os nomes escolhidos por Dilma Rousseff podem trazer confiança para a indústria da construção. “Isso mudando, com equipe com diretrizes

mais ortodoxas, o setor pode melhorar”, afirmou. Eulálio disse que o Brasil tem condições de crescer neste setor. Já Paulo Libânio, Diretor da australiana Ausenco, que atua na área de engenharia e tecnologia mineral, afirmou que as nomeações são positivas, mas não o suficiente. “Na base da receita, estaremos muito dependentes do mercado, crescimento chinês, da entrada e saída de outras empresas do mercado”, disse.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 681

35-03/12/2014

TERMELÉTRICAS

SENAI faz parceria para aplicar cinzas em usinas

O SENAI e as usinas termelétricas Energia Pecém e Pecém II, no Ceará, e Itaqui, no Maranhão, firmaram parceria para o desenvolvimento de aplicações industriais das cinzas de carvão mineral produzidas pelas usinas. Os estudos serão coordenados pelo Instituto SENAI de Inovação em Tecnologias Construtivas (ISI-TC) e irão utilizar as cinzas, um subproduto oriundo da queima do carvão mineral das usinas. As cinzas podem ser uma alternativa em diversos segmentos da construção, como aterros estruturais, rodovias, blocos de cinza e cal, cerâmicas, materiais para remediação de solos, entre outras aplicações. Além disso, as cinzas podem substituir material atualmente importado para a fabricação do cimento. Segundo Régis Rafael Tavares, Gerente de mercado do ISI-TC, o trabalho a ser desenvolvido pelo SENAI terá duração de 24 meses e surgiu a partir da demanda das três usinas, levando em conta a capacidade do SENAI em produzir inovações tecnológicas. Hoje, de acordo com ele, essas plantas produzem, ao todo, cerca de 80 t/h de cinzas, que são armazenadas em locais especialmente preparados para esse fim. De acordo com Régis Rafael, em um primeiro momento duas alternativas se apresentam viáveis, que são o uso para obras rodoviárias, ou na construção civil, através de estruturas pré-moldadas. O técnico do SENAI explica que o estudo vai analisar outras possibilidades, já que existem três tipos de cinzas geradas no processo de queima das plantas industriais. “A tecnologia a ser desenvolvida pretende encontrar, a partir desses elementos, quais as alternativas mais viáveis no curto e médio prazo para o seu reaproveitamento”, diz ele.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 681

36-03/12/2014

AÇO

Importações de laminados crescem até setembro

Segundo dados da Associação Latino-Americana de Aço (Alacero), a produção de aço bruto permaneceu estável nos nove primeiros meses de 2014, com volume de 49,247 milhão t, muito semelhante ao mesmo período de 2013. Já a produção de laminados somou 41,994 milhões t até setembro, uma queda de 1% sobre o mesmo período do último ano. Enquanto isso, o consumo de laminados cresceu 2%, para 52,520 milhões t na mesma comparação. As importações de aço laminado continuam ganhando uma

participação e já representam 33% do consumo da América Latina. A balança comercial da região registrou déficit de 20% em toneladas versus os mesmos meses de 2013. Entre os principais países importadores de aço laminado estão México (2,1 milhões de t adicionais e um aumento de 14%); Colômbia (+448.000 t, + 17%) e Argentina (+130.000 t, + 3%). Em contrapartida, Venezuela, Brasil e Equador mostraram quedas acentuadas. No Brasil, o consumo caiu 5%, o equivalente a 1 milhão de t a menos que no mesmo período de 2013. Essa queda foi acentuada durante o período junho-setembro, quando o volume consumido foi 12% menor do que em nos mesmos meses de 2013. A balança comercial até setembro somou 17,4 milhões t de aço laminado importado, 9% acima do nível registrado em 2013 (14,9 milhões t). Ao comparar os volumes atuais com aqueles observados no início desta década (Jan-Set 2010), quando as importações cresceram a 12,2 milhões de toneladas, o aumento foi de 26%. Atualmente, as importações de laminados respondem por 33% do consumo da região, resultando em uma perda de participação por parte das empresas locais e um aumento de pressão no mercado. As exportações atingiram 5,9 milhões de t, uma queda de 8% ante os primeiros nove meses de 2013. Entre Jan/Set 2014 a região acumulou um déficit comercial de 11,4 milhões de t. Este desequilíbrio é 20% maior do que o observado no mesmo período do ano passado, quando registrou 9.5 milhões de t. Nos nove primeiros meses de 2014, todos os países da AL registraram déficit na balança comercial, sendo que o maior contabilizado foi no México: 3,6 milhões de t, seguido pela Colômbia, 1,8 milhão t, Peru, 1,5 milhão de t e Chile 1,1 milhão de t. Em relação à produção de aço bruto, o Brasil respondeu por 52% do total da região (25,6 milhões de t), embora tenha apresentado recuo de 1% no ano. Entre os países que mais incrementaram sua produção no período estão a Argentina (+ 8%), México (+ 6%) e Peru (+ 3%). Venezuela e Chile, no entanto, registraram quedas de -43% e -17%, respectivamente. Dados preliminares de outubro indicam que a produção de aço bruto alcançou 5,9 milhões de t no mês, 2% a mais que em outubro de 2013. A produção de laminados fechou em 4,9 milhões de t, volume similar a um ano atrás. Entre janeiro-outubro de 2014, a produção de aço bruto acumulou 55 milhões de t, inalterada em relação aos mesmos meses de 2013, enquanto a produção de laminados atingiu 46,9 milhões de t, uma queda de 1%.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 681

37-04/12/2014

SIDERURGIA I

Nippon pede que CVM investigue atos da Ternium

A Nippon Steel e seus integrantes no Conselho de Administração da Usiminas encaminharam pedido à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de investigação dos “atos da Ternium, assim como dos membros do Conselho de Administração da Usiminas por elas indicados”. A siderúrgica japonesa alega que a Ternium não está agindo em favor dos melhores interesses da Usiminas. Os dois grupos se desentendem desde setembro, quando três executivos da siderúrgica mineira nomeados pela Ternium foram destituídos de seus cargos. A Ternium alega que houve quebra de acordo de acionistas, uma vez que a decisão deveria ter sido por consenso.

38-04/12/2014

Sonda que vai recolher amostras de asteroide é lançada no Japão

Espera-se que Hayabusa 2 chegue em 2018 ao asteroide 1999 JU3 e retorne à Terra no final de 2020

Agência de Exploração Aeroespacial do Japão (Jaxa) lançou nesta quarta-feira, desde a estação de Tanegashima, no sudoeste do país, a sonda Hayabusa 2, que percorrerá 300 milhões de quilômetros para recolher amostras de um asteroide.

A sonda estava a bordo de um foguete H-IIA que foi lançado à 1h22 (horário de Brasília) e se despreendeu com sucesso cerca de uma hora e meia depois, colocando em órbita o dispositivo. O lançamento, originalmente previsto para 30 de novembro, foi **adiado** duas vezes devido ao mau tempo.

Espera-se que Hayabusa 2 chegue em 2018 ao asteroide 1999 JU3, de cerca de 900 metros de diâmetro, e retorne à Terra no final de 2020, após um ano e meio de pesquisas no asteroide. O 1999JU3, descoberto em 1999 pelo programa de pesquisa americano Linear, faz parte dos chamados asteroides Apolo, um dos três grupos que estão mais próximos da Terra.

Os resíduos trazidos pela nave podem dar pistas sobre o histórico químico do fragmento e oferecer assim novas chaves sobre a origem de nosso Sistema Solar e da vida na Terra. "O asteroide 1999 JU3 é chamado de primitivo porque não evoluiu desde sua formação há 4,5 bilhões de anos, quando se formou o Sistema Solar", explica Francis Rocard, astrofísico do Centro Nacional de Estudos Espaciais da França, parceiro do projeto.

"Esta missão para recolher matéria primitiva tem o potencial para revolucionar nossa compreensão das condições da formação dos planetas", afirmou a equipe que coordena o projeto na Jaxa. "Ela pode também revelar informações importantes para proteger o planeta."

Evolução — A primeira missão Hayabusa foi lançada em 2003, com destino ao asteroide Itokawa, com apenas 500 metros de diâmetro. Ela possibilitou a primeira observação de perto desse tipo de corpo celeste, além de fazer medições de gravidade, composição mineral e distribuição da altitude na superfície. A sonda fez diversas tentativas de coletar amostras e em uma delas perdeu o contato com a Terra e caiu no asteroide, sofrendo alguns danos. Mesmo assim, ela conseguiu retornar em junho de 2010.

Quando a nave chegou à Terra, os pesquisadores encontraram algumas partículas em seu interior. Muitas delas eram de fato do asteroide, e estavam misturadas com partículas da própria nave. No fim, as amostras do corpo celeste somavam menos de 1 miligrama.

Para evitar problemas similares, a Hayabusa 2, que pesa cerca de 600 quilos, está equipada com motores iônicos mais resistentes e que proporcionam 25% a mais de propulsão e um sistema de antenas melhorado que permite transmitir mais dados.

Instrumentos — Ao se aproximar do asteroide, a sonda vai estudar toda a sua superfície, utilizando instrumentos remotos. Depois, ela vai liberar o módulo de pouso Mascot (o equivalente ao Philae, da sonda europeia **Rosetta**), feito em parceria com o Centro Nacional de Estudos Espaciais (Cnes) da França e o Centro Aeroespacial Alemão (DLR). Mascot, que tem expectativa de vida de 12 horas, vai utilizar quatro instrumentos que permitirão conhecer a composição mineralógica do solo. A sonda vai liberar também o robô Minerva 2, que vai explorar a superfície do corpo celeste de forma mais detalhada. Os pontos pré-selecionados para o pouso serão analisados por esse instrumento, que vai ajudar a escolher o local definitivo. Com isso, a Hayabusa vai se aproximar no ponto escolhido e recolher amostras, decolando novamente logo em seguida.

Feito isso, será a vez do desafio final: para conseguir amostras de materiais sob a superfície, a sonda vai criar uma pequena cratera no asteroide. A Hayabusa vai lançar um tipo de “canhão espacial” que vai atirar um explosivo contra o asteroide e, enquanto isso acontece, ficará escondida atrás do corpo celeste para se proteger do impacto. Após o “bombardeio”, Hayabusa-2 deve avançar por pouco tempo pelo asteroide para reunir as amostras e depois iniciar a viagem de volta à Terra.

Fonte: Veja online

39-04/12/2014

Copelmi assina MOU com coreanos para investimento de US\$1,8 bilhões

Talvez agora a mineradora Copelmi consiga, finalmente, deslançar. A empresa é uma das pioneiras na extração de carvão no Rio Grande do Sul, mas há alguns anos ela vem enfrentando sérios problemas que a levaram a buscar associações com empresas como a Rio Tinto e com a MMX de Eike Batista. Nos dois casos a associação não progrediu. A Rio Tinto desistiu de seu projeto de carvão, devolvendo a sua participação na Copelmi e Eike, como é sabido, faliu.

A empresa é controlada pela Família Faria é dona de várias jazidas de carvão na região de Arroio dos Ratos, Charqueadas e Seival. Recentemente foi anunciado o interesse da Copelmi em desenvolver o seu projeto Guaíba, onde seriam investidos US\$1,8 bilhões de Capex. Trata-se de um processo de gaseificação de carvão onde a Copelmi estará associada ao grupo coreano Posco.

Segundo a Copelmi o projeto gerará 4.000 empregos diretos. A licença ambiental está tramitando desde o início do ano. Hoje a Posco, na audiência com o Governo do RS assinou, junto com a Copelmi, um MOU que trata dos investimentos, incentivos fiscais e da venda do gás para a Sulgás.

A planta começará a operar em 2020 quando é esperada uma produção de 2 milhões de metros cúbicos por dia de gás. Uma solução inteligente e limpa para os gigantescos jazimentos de carvão do Brasil. Hoje, o Rio Grande do Sul consome cerca de 1,8 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural, importado da Bolívia.

Fonte: www.geologo.com.br

40-04/12/2014

BNDES estima alta de 17% em investimentos no Brasil entre 2015 e 2018

Reuters

RIO DE JANEIRO (Reuters) - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estimou nesta quarta-feira investimentos na economia brasileira de 4,1 trilhões de reais entre 2015 e 2018, um incremento de 17 por cento em relação aos 3,5 trilhões realizados entre 2010 e 2013.

O setor industrial, segundo o estudo do banco, deve investir 909 bilhões de reais nos próximos quatro anos ante 767 bilhões entre 2010 e 2013, uma alta de 18,5 por cento.

"O que há de interessante em relação ao último estudo, além do aumento da perspectiva de investimentos, é uma melhora na qualidade dessa expansão, onde se vê nitidamente uma maior preocupação com questões ambientais e da economia verde", disse a jornalista o economista-chefe da área de pesquisas econômicas do banco, Fernando Puga.

Segundo o BNDES, o destaque do segmento industrial deverá ser o setor de petróleo e gás, com estimativa de aumento dos investimentos de 358 bilhões para 509 bilhões de reais, ou alta de 42 por cento, entre 2015 e 2018.

"No setor de óleo e gás os investimentos continuam robustos para o desenvolvimento do pré-sal, que demanda um investimento expressivo em capital", disse Puga.

Enquanto isso, o setor automotivo deve investir 59 bilhões de reais no próximo quadriênio, montante praticamente estável ante o período de 2010 a 2013.

Por outro lado, setores como extrativa mineral, siderurgia, e sucroenergético devem reduzir investimentos, de acordo com o BNDES, em um cenário de queda nos preços de commodities como minério de ferro e crise na indústria de açúcar e álcool.

Durante os próximos quatro anos, a indústria extrativa mineral deve investir 40 bilhões de reais, queda de 8 por cento ante o período de 2010 a 2013. Já o de produção de aço investirá 12 bilhões de reais, 38,5 por cento a menos que no período de 2010 a 2013. O segmento de açúcar e etanol deve investir 25 bilhões de reais, queda de 40,5 por cento.

"O preço das commodities em queda é uma variável importante e determinante para alguns setores definirem seus investimentos", disse Puga.

INFRAESTRUTURA

O BNDES projetou uma expansão de 30,8 por cento nos investimentos em infraestrutura no país, totalizando 598 bilhões de reais entre 2015 e 2018, ante 457 bilhões de reais entre 2010 e 2013.

No governo Dilma Rousseff, o setor ganhou prioridade com concessões à iniciativa privada visando melhorar a capacidade logística do país.

Os destaques em infraestrutura serão os setores de telecomunicações, com previsão de investimento de 141 bilhões de reais, alta de 37,8 por cento (alavancada pela tecnologia 4G); e rodovias, com recursos de 80 bilhões e crescimento de 29 por cento.

A expectativa para a área de ferrovias é de investimentos de 45 bilhões de reais, uma expansão de 98,9 por cento. Já portos têm expectativa de 36 bilhões de reais, alta de 141 por cento; e para aeroportos o banco espera 16 bilhões de reais, um incremento de 49,5 por cento.

O setor elétrico, que passou por dificuldades neste ano e precisou de seguidos socorros do governo federal em um cenário de falta de chuvas e uso intenso de termelétricas, deve manter seus investimentos entre um período e outro, com crescimento previsto de apenas 0,5 por cento, totalizando 192 bilhões de reais para entre 2015 e 2018.

(Por Rodrigo Viga Gaier)

41-04/12/2014

Meteorito de Marte pode conter evidências de vida extraterrestre

Karen Carneti, de INFO Online

O meteorito Tissint, que pousou no deserto de Guelmim-Es Semara, no Marrocos, em 18 de julho de 2011, possuía evidências de vida extraterrestre. As informações são do CNET.

O Tissint foi lançado da superfície de Marte por conta de uma colisão de asteroides cerca de 700 mil anos atrás. A pedra de cerca de 11 kg mostrava evidências de água: estava cheia de pequenas fissuras nas quais havia material depositado na água.

Este material, na análise, acabou por ser um composto de carbono orgânico de origem biológica. Ele não é o único meteorito em que foi encontrado o carbono orgânico, mas o debate sempre foi centrado no fato de o carbono ter sido depositado antes ou depois de o meteorito em questão cair na Terra – se é terrestre ou de origem extraterrestre.

De acordo com um estudo feito por pesquisadores que estudaram as fissuras de Tissint, o carbono orgânico não é do planeta Terra. Segundo eles, existem vários pontos de elementos que provam isso. Primeiramente, houve um tempo relativamente curto entre o momento em que observaram o meteorito cair na Terra e quando ele foi recolhido. O outro ponto é que as fissuras microscópicas na rocha teriam de ter sido produzida por um calor repentino elevado – tais como, por exemplo, o calor da entrada na atmosfera. Este choque e as temperaturas necessárias para abrir as fissuras não poderiam ter vindo do deserto marroquino.

Outra evidência é que alguns dos grãos de carbono dentro do Tissint tinham endurecido e virado diamantes. Não há condições conhecidas sob as quais isso poderia ter ocorrido na superfície do deserto marroquino – e certamente não no tempo que levou entre a queda e a descoberta do meteorito.

Por fim, o carbono contém uma elevada quantidade de deutério, hidrogênio pesado que contém um próton e um nêutron em seu núcleo – coerente com a composição geológica de Marte. "Essa enorme concentração de deutério é a típica 'impressão digital' de rochas marcianas, como já descobrimos em medições anteriores" disse o Professor Ahmed El Goresy, da Universidade de Bayreuth, na Alemanha, e coautor do estudo.

No entanto, de acordo com Yangting Lin, autor sênior do estudo e professor do Instituto de Geologia e Geofísica da Academia Chinesa de Ciências em Pequim, seria um erro já considerar as evidências conclusivas. "Nós não podemos e não queremos excluir totalmente a possibilidade de que o carbono orgânico dentro do Tissint pode ser de origem abiótica", escreveu Lin, que quis dizer que o carbono poderia ser físico na origem – desprovido de vida – e não orgânico.

"É possível que o carbono orgânico tenha sido originado a partir dos impactos de meteoritos condritos carbonáceos. No entanto, não é fácil conceber por qual processo o carbono poderia ter sido seletivamente extraído do impacto dos condritos carbonáceos, seletivamente removido do solo e depois impregnado nas veias extremamente finas da rocha", afirmou Lin.

O estudo completo pode ser encontrado no Meteoritics & Planetary Science.

42-04/12/2014

Excesso de oferta ameaça rating de mineradoras

O crescente excesso de oferta no mercado de minério de ferro é prejudicial para o setor de mineração e impõe riscos negativos para o rating das produtoras, disse a agência de classificação de risco Moody's em relatório.

A agência estima que a expansão da produção vai colocar mais de 300 milhões de toneladas de minério de ferro no mercado nos próximos anos. Diante das expectativas menos promissoras sobre o crescimento da produção global de aço até 2016, a falta de equilíbrio vai continuar pesando negativamente sobre os preços e sobre a performance de operação das produtoras de minério de ferro, avaliou a Moody's.

Tal panorama pode resultar em "rebaixamento dos ratings das produtoras de minério de ferro", acrescentou a agência. (Com informações da Dow Jones Newswires)

43-04/12/2014

Envie os seus resumos para o XXVI Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa, o prazo esta terminando!

É com satisfação que convidamos a todos os participantes do setor minero- metalúrgico para 26ª edição do Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa, que será realizado entre 18 a 22 de outubro de 2015 em Poços de Caldas, Minas Gerais.

O ENTMME é direcionado a pesquisadores, profissionais, gestores, professores e estudantes das instituições de ensino e pesquisa dos setores mineral, metalúrgico, ambiental e de recursos hídricos. O evento também se dirige a empresas de serviços, consultoria e demais profissionais das áreas de mineração, metalurgia e meio ambiente.

O encontro é composto por um grande fórum de debates e tem como objetivo, a cada edição, aprimorar e qualificar suas atividades, buscando proporcionar maior divulgação da atividade mineral e metalúrgica. Pretende-se ainda proporcionar a ampliação da rede de contatos e o fortalecimento profissional, sendo esperada a participação de pesquisadores e profissionais de todo Brasil. Nesta edição, o encontro será organizado por uma comissão de professores da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), campus de Poços de Caldas.

A Unifal-MG, originalmente Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), foi fundada em 1914, e em 2005 foi transformada em Universidade Federal de Alfenas. O Campus avançado de Poços de Caldas, criado em 2008, incorpora o Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) em que são oferecidos os cursos de graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia de Minas, Ambiental e Química e de pós-graduação em Engenharia Ambiental e de Materiais.

A cidade de Poços de Caldas é conhecida pela sua excelente localização, próxima dos grandes centros do Brasil, e pela sua significativa produção mineral e industrial. Além

disso, é um dos principais polos turísticos do sul de Minas Gerais, devido a seu clima agradável e fontes de águas sulfurosas. Esperamos poder proporcionar aos participantes um encontro agradável e condições adequadas para a troca de informações pretendida.

A comissão organizadora está a disposição para sugestões, dúvidas e esclarecimentos.

Fonte: Comissão Organizadora do XXVI ENTMME - www.entmme.org

44-04/12/2014

Minério de ferro renova mínima desde 2009, a US\$ 69,50 por tonelada

Por **Olivia Alonso | Valor**

SÃO PAULO - O minério de ferro caiu 0,3% nesta quarta-feira, após uma queda de 1,3% ontem, e foi negociado a US\$ 69,50 por tonelada, menor patamar de preço desde junho de 2009. Os preços são do minério com teor de 62% de ferro negociados no mercado à vista da China.

O dia foi de grandes volumes de negócios no mercado, o que a analista Melinda Moore, do Standard Bank, considerou um movimento positivo para ajudar a eliminar o excesso de produto que vem pressionando os preços recentemente.

Segundo dados do banco sul-africano, a Vale ofereceu hoje minério com teor de 64,2% de ferro por US\$ 77,68 por tonelada, enquanto a Rio Tinto ofereceu minério com teor de 61% de ferro por US\$ 68,39 por tonelada, valores considerados baixos.

A cotação do minério de ferro está em trajetória de queda desde o início deste ano, pressionada principalmente pelo aumento da oferta com novos projetos de produção.

45-04/12/2014

Os minerais de áreas de conflito

Por **Michael Gibb**

"Esse diamante em seu dedo, diga-me como se tornou seu?", pergunta Cimbelino, de Shakespeare. "Torturarias a mim para deixar não dito, o que se fosse dito torturaria a ti", responde o vilão Iachimo. A história por trás de certas partes do comércio internacional de recursos naturais na atualidade, fale-se ou não sobre ela, não é fonte menor de angústia.

Os recursos naturais deveriam ser um importante fator de contribuição ao desenvolvimento de alguns dos países que mais precisam se desenvolver. Ainda assim, em alguns dos Estados mais pobres e frágeis do mundo, ocorre justamente o oposto. Em muitos desses países, o comércio de recursos naturais motiva, financia e prolonga conflitos e graves abusos dos direitos humanos. Recursos como diamantes, ouro,

tungstênio, tântalo e estanho são extraídos, contrabandeados e taxados ilegalmente por grupos armados violentos, proporcionando fundos paralelos para financiar serviços militares e de segurança abusivos.

Vejamos apenas quatro países africanos: Sudão, Sudão do Sul, República Centro-Africana e República Democrática do Congo. Juntos, esses países ricos em recursos têm 13% da população da África Subsaariana, mas cerca de 55% das pessoas refugiadas (e 20% do mundo como um todo) por conflitos. O problema, contudo, é mundial, com padrões similares em partes de países como a Colômbia, Mianmar e Afeganistão.

Desde 2010, empresas trabalhando em áreas de conflito têm um padrão internacional à sua disposição, criado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2011 a ONU também criou princípios e orientações similares

O comércio mortífero de recursos de áreas em conflito é facilitado por cadeias de abastecimento que alimentam importantes mercados consumidores, como a União Europeia e os Estados Unidos, com o dinheiro fluindo na direção contrária. Recursos naturais, como estanho, tântalo, tungstênio e ouro - todos minerais que em algumas partes do mundo estão ligados a conflitos e abusos de direitos humanos - são encontrados em nossas joias, carros, telefones celulares, aparelhos de jogos eletrônicos, equipamentos médicos e inúmeros produtos do dia a dia.

Há uma clara demanda dos consumidores por informações que ajudem os compradores a certificar-se de que suas compras não os implicam em abusos estarrecedores. A responsabilidade de reconciliar o comércio mundial com a proteção de direitos humanos básicos, no entanto, não recai primeiramente sobre os consumidores. A prevenção de conflitos e a proteção de direitos humanos são principalmente responsabilidade dos Estados e cada vez mais se reconhece que as empresas também precisam desempenhar algum papel.

De fato, agora estamos em momento crucial no que se tornou um movimento mundial para fazer com que práticas empresariais irresponsáveis deixem de ser vistas como algo natural. Desde 2010, empresas trabalhando em áreas de conflito têm um padrão internacional à sua disposição. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) oferece orientação sobre como trabalhar responsavelmente com minerais. Desenvolvido em colaboração próxima com as empresas do setor, oferece "recomendações detalhadas para ajudar as empresas a respeitar os direitos humanos e evitar contribuir com os conflitos em suas práticas e decisões de compras de minerais".

A Organização das Nações Unidas (ONU) também endossa requerimentos similares. Em 2011, a ONU publicou um conjunto de Princípios Orientadores de Negócios e Direitos Humanos, segundo o qual as empresas cujos "contextos operacionais representam risco de graves impactos sobre os direitos humanos deveriam informar formalmente sobre como lidam com eles".

Ainda assim, com a exceção de alguns poucos líderes empresariais, poucas empresas responderam a essa orientação voluntária. Em 2013, pesquisadores holandeses encontraram 186 empresas listadas em bolsas de valores europeias que fazem uso de minerais de áreas em conflito. Mais de 80% não fizeram menções em seus sites sobre o que fizeram para evitar financiar conflitos ou abusos de direitos humanos. Da mesma forma, a Diretoria-Geral de Comércio da Comissão Europeia pesquisou que apenas 7% de 153 empresas da UE fazem referências a políticas de investigação sobre minerais de áreas de conflito nos balanços anuais em seus sites.

Os Estados Unidos já deram o próximo passo sensato. A Securities and Exchange Commission (SEC, a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA) exige que as empresas que usam tântalo, estanho, ouro ou tungstênio em seus produtos investiguem a origem dessas matérias-primas e reduzam riscos em suas cadeias de abastecimento de acordo com a orientação da OCDE, caso descubram que se originam de áreas afetadas por conflitos ou de alto risco. Os 12 países da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), da África, comprometeram-se a exigências similares obrigatórias.

É assim que deveria ser. O fornecimento responsável é um dever, não uma opção. E nessa questão a UE ficou para trás. Em março, a Comissão Europeia propôs um plano em que a divulgação de informações continua sendo voluntária, de forma que minerais que entram no bloco econômico não estão sujeitos a verificações obrigatórias. A proposta, além disso, tem foco exclusivo nos minérios brutos e metais, excluindo produtos que contêm minerais, como telefones celulares, veículos e equipamentos médicos.

A proposta agora está sob análise do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu. É crucial que ambas as instituições aproveitem a oportunidade para fortalecer a proposta da UE e que tornem obrigatório o cumprimento e a divulgação de dados e que estendam sua abrangência para produtos acabados e semiacabados. Uma melhor regulação do comércio desses recursos não vai trazer paz para as áreas afetadas por conflitos. Mas financiar conflitos e abusos aos direitos humanos não é um custo aceitável para os negócios das empresas. **(Tradução de Sabino Ahumada).**

Michael Gibb é líder da campanha sobre recursos minerais em áreas de conflitos da Global Witness..

46-04/12/2014

Produção e consumo de alumínio no país têm retração inédita

Por **Olivia Alonso** | De São Paulo

"O Brasil está claramente se transformando em um exportador de commodities", afirma Milton Rego, presidente da Abal

A indústria brasileira do alumínio voltou no tempo. Desde 1990, a produção de metal primário não ficava inferior a 1 milhão de toneladas e há cinco anos o consumo de produtos transformados de alumínio não tinha retração. O Brasil terminará 2014 com produção de 978 mil toneladas de alumínio primário, 25% menos do que no ano passado. Na ponta do consumo, a previsão é de 1,4 milhão de toneladas de produtos e semimanufaturados, 3,9% abaixo do volume de 2013. Os números são da Associação Brasileira do Alumínio (Abal) e foram obtidos com exclusividade pelo **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**.

Com redução da demanda principalmente nos setores de transportes, bens de consumo e construção civil, a demanda por produtos e semimanufaturados foi uma surpresa negativa para o setor. Em agosto, a Abal ainda esperava uma reação do mercado, com estimativa de queda de apenas 0,8% no ano. A esperança era de uma recuperação da demanda por alumínio para construção civil, que correspondia por 15,5% das compras do setor. Porém, ao fim de setembro o resultado apurado pela Abal era de queda de 7,8% no consumo em relação ao mesmo período de 2013, com 168,5 mil toneladas.

Considerando todos os produtos - chapas, folhas, extrudados, fios, cabos, pó, fundidos e destrutivos de alumínio -, o consumo caiu 2,5% nos primeiros nove meses do ano, cujos dados já foram fechados pela Abal. O mercado de fundição teve o pior desempenho no período, com uma queda de 16,8% decorrente da redução da demanda do setor automotivo.

"Desde 2009 não tínhamos uma queda no consumo dos transformados. É indispensável que os agentes econômicos voltem a investir. O Brasil está com uma taxa de formação bruta de capital fixo baixíssima", afirma Milton Rego, presidente da Abal.

A Abal não tem uma projeção oficial para o ano que vem, mas Rego acredita que o consumo voltará a crescer, podendo ter um aumento de 5%. "Temos em 2014 uma interrupção do crescimento no mercado de transformados, mas geralmente, o setor avança cerca de 4 ou 5 pontos percentuais mais do que o PIB."

Com o consumo dos produtos na casa de 1,5 milhão de toneladas e a produção de alumínio primário no patamar de 900 mil toneladas, crescem as preocupações com o abastecimento interno do metal e o aumento da dependência das importações.

"O Brasil tem que repensar o que fará no setor industrial. Por meio século, construiu uma matriz energética limpa e competitiva. Isso é importante do ponto para o alumínio primário. O Brasil vai ter que definir de onde virá seu alumínio", afirma o presidente da Abal.

Alcoa, Votorantim Metais, BHP Billiton e Novelis fecharam linhas de produção desde o ano passado, citando o alto custo da energia como um dos principais problemas. Atualmente, a energia corresponde por 55% dos custos totais das empresas, muito acima dos 34% de dez anos atrás, segundo a Abal.

Da geração própria de energia, as companhias só podem retirar para uso próprio, ao preço de custo, cerca de 10% do que gastam. A maior parte precisam adquirir no mercado, e o custo era de US\$ 61,2 por MWh no ano passado, segundo Rego, mais do que o dobro do valor de 2001. Para que as companhias pudessem retomar a produção, seria preciso um custo mais próximo de US\$ 40 por MWh.

O atual preço do alumínio também não favorece a produção. O metal está sendo vendido por US\$ 2,1 mil por tonelada na bolsa de Londres (LME) e um preço que incentivaria as companhias a retomar a produção, considerando custos atuais, seria de US\$ 2,5 mil por tonelada, segundo estimativas de uma fonte do setor.

Rego enfatiza as consequências negativas da queda da produção para balança comercial do setor. Nos primeiros nove meses do ano as importações brasileiras de alumínio primário e ligas cresceram 369% em relação ao mesmo período do ano passado. Para todo o ano de 2014, a Abal estima 384 mil toneladas, 269% mais do que em 2013.

Parte do alumínio que estava sendo exportado - como é o caso de parte da produção da Albras, em Barcarena (PA) - passou a ser destinada ao mercado local. Com isso, as exportações devem terminar o ano em 318 mil toneladas, 24% menos do que no ano passado, estima a Abal.

"Estamos vendo um enorme aumento das importações de alumínio e aumento das exportações de alumina. O Brasil está claramente virando um exportador de commodities", afirma Rego. As exportações de alumina e bauxita devem terminar o ano em alta de 20%, nos cálculos da Abal, em US\$ 2,6 bilhões, enquanto as importações de alumínio e produtos devem somar US\$ 2 bilhões, alta de 54% em relação a 2013.

Considerando toda a indústria do alumínio, as importações devem subir 52,7% no ano, para US\$ 2 bilhões, enquanto as exportações vão crescer 9,5%, para US\$ 3,9 bilhões, nas projeções da Abal, sendo US\$ 2,3 bilhões de alumina.

47-04/12/2014

BRAZIL MINERALS TEM CONTRATO PARA VENDER US\$ 200 MIL EM AREIA

A Brazil Minerals informou na última quarta-feira (3) que recebeu uma proposta de US\$ 200 mil para a venda de areia extraída na mina Duas Barras, em Minas Gerais. A demanda pela areia, que é coproduto do processamento de ouro e de diamante, vem, principalmente, do setor de construção.

De acordo com o comunicado enviado ao mercado hoje, a Brazil Minerals disse que vê esse contrato inicial de vendas como uma indicação do potencial para se capitalizar por meio de um recurso escasso e que a mineradora possui em abundância.

“Nosso objetivo é aumentar o fluxo de caixa para poder financiar operações. A areia, praticamente, não tem custo adicional para nós. É um produto que fornece receita diversificada em relação a ouro e diamante e pode ficar estocada pronta para transporte. Estamos ansiosos para explorar o potencial desse mineral para aumentar nosso valor”, disse Marc Fogassa, CEO e presidente do Conselho da Brazil Minerals.

A mineradora testou, recentemente, a areia não-processada extraída de Duas Barras no laboratório analítico da SGS-Geosol. Os resultados apontaram níveis de 97% de sílica, indicando areia de alta qualidade e atingindo os padrões necessários para que o produto possa ser usado em uma série de aplicações.

A Brazil Minerals estuda agora análises volumétricas do total de areia que possui em Duas Barras. A empresa disse acreditar que o contrato de US\$ 200 mil, recebido e anunciado nesta quarta, cobre uma “fração bem pequena” da quantidade de areia que está disponível na mina.

A mineradora também disse que a areia seria reposta à medida em que as plantas de recuperação de ouro e de diamante operarem e produzirem a areia como coproduto. Segundo a portaria de lavra, as substâncias a serem exploradas na área são, por enquanto, diamante, ouro e diamante industrial.

Em 11 de setembro, a Brazil Minerals obteve junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental (Supram) a licença ambiental para extrair e comercializar areia em Duas Barras.

A mina Duas Barras é operada por meio da subsidiária Mineração Duas Barras, em que a Brazil Minerals detém 100% de participação. Além da mina Duas Barras, que fica a 130 quilômetros de Diamantina (MG), a empresa é proprietária de direitos minerários em Borba, área com potencial de ouro no Amazonas.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

48-04/12/2014

SETOR EXTRATIVO É CHAVE NA ELABORAÇÃO DA AGENDA PÓS-2015

Evento “Diálogo sobre o setor extrativo” tem como objetivo discutir o papel do setor na definição e implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

“Queremos promover o fortalecimento do diálogo entre as indústrias extrativas, governo e a sociedade civil nos países em que estas indústrias operam”, diz Jorge Chediek, coordenador residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e representante residente do PNUD no Brasil, sobre o evento Diálogo sobre o setor extrativo e o desenvolvimento sustentável: fortalecendo a cooperação público-privada no contexto da Agenda Pós-2015.

O evento - promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e parceiros, dentre eles o **Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM** (

www.ibram.org.br) ocorre até a sexta-feira (05/12), no hotel Royal Tulip, em Brasília (DF), e conta com a participação de quase 70 países, sendo eles representantes das indústrias extrativas de petróleo e de mineração, de governos, de organizações da sociedade civil e de comunidades afetadas pelas atividades extrativas.

Segundo Jorge Chediek, um dos principais objetivos do encontro é compreender de que maneira a indústria extrativa, setor de significativa relevância na economia mundial, pode contribuir e se comprometer com a Agenda pós-2015, que está em fase de elaboração e será aprovada durante a Assembleia Geral da ONU, no próximo ano.

A indústria extrativa é um ator chave nas dinâmicas econômicas globais. Cinco por cento da economia mundial é resultado da atuação do setor. Ao mesmo tempo, elas geram quase um trilhão de dólares em suas atividades econômicas nos países em desenvolvimento e, em muitos deles, representam uma fonte expressiva das trocas comerciais com o exterior. “O engajamento destas indústrias com a nova agenda para o desenvolvimento é fundamental para garantir a contribuição deste setor na consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, diz o coordenador residente do Sistema Nações Unidas no Brasil.

Segundo Jorge Chediek, “espera-se que, como resultado deste evento, tenhamos um melhor entendimento do que a nova agenda deve ser e também de como as indústrias extrativas podem contribuir para o estabelecimento de novos padrões de consumo e de produção, que se tornarão um imperativo depois de 2015. Por fim, queremos promover uma série de diálogos a nível nacional nos diferentes países, fazendo com que o legado desse encontro se torne realidade, melhorando as vidas das populações envolvidas”.

Fonte: PNUD

49-04/12/2014

GOVERNADOR ELEITO DESTACA IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO PARA MINAS GERAIS



'Vamos avançar à frente do Brasil'

O governador eleito, Fernando Pimentel, em palestra no Conexão Empresarial, disse que espera dificuldade no primeiro ano de governo, mas quer encerrar o mandato de forma positiva. Pág. 5

Defesa da mineração

● Governador eleito destaca a importância da atividade para Minas

Terezinha Moreira
REPÓRTER

"O assunto mineração é vital para Minas Gerais. Não podemos errar a mão. Não podemos ser lenientes com novos empreendimentos, nem ser rigorosos demais. Essa discussão não pode ser feita de maneira leviana para que a atividade não seja prejudicada. Temos de fazer a defesa do meio ambiente, mas preservar a mineração". Foi com esse posicionamento que o governador eleito de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), indicou como será sua atuação neste setor econômico, de extrema importância para o estado.

O petista adiantou o assunto em sua palestra no Conexão Empresarial. O evento, promovido pela VB Comunicação, no Espaço V, tem o apoio da Anglo American, Clube de Permuta, MBR, Usiminas



● Fernando Pimentel falou para empresários no Conexão Empresarial, mediado por GCD



FOTOS: TÍAO MOURÃO

e PAD; tendo como media partners a rádio Itatiaia, JChebly, Band e os jornais O Tempo, Diário do Comércio, Jornal de Brasília. O almoço ficou a cargo do Club do Chef, com cardápio elaborado pelo chef Massimo Battaglini, e participação especial da Moët & Chandon. A decoração e o mobiliário ficaram por conta da Verde Musgo.

Pimentel disse que espera dificuldade no primeiro ano de governo, mas

afirmou querer encerrar o mandato de forma positiva. "Vamos avançar um passo à frente do Brasil", brincou. O futuro governador voltou a criticar a inexistência de projeto de desenvolvimento econômico do estado e realfirmou seu compromisso para promover o crescimento regionalizado. "Vamos redesenhar o Conselho Econômico com maior participação da iniciativa privada, fazer com que seja

o condutor do processo e não fique a reboque das decisões do estado".

Para alívio da plateia, formada por executivos e empresários, em sua maioria, o futuro governador disse que pretende aumentar a arrecadação com a atração de empresas para a formalidade e não com aumento da carga tributária.

50-04/12/2014

Vale venderá parte do projeto de carvão em Moçambique, diz Nikkei

Reuters

(Reuters) - A mineradora Vale irá vender um pedaço de sua participação no projeto de carvão na mina de Moatize, em Moçambique, para que a Mitsui & Co tenha fatia de 15 a 25 por cento no projeto, disse o jornal japonês Nikkei.

Segundo o jornal, a trading de commodities japonesa Mitsui pretende fazer um grande investimento no país africano, envolvendo a mina de carvão, o porto de Nacala e uma ferrovia ligando a mina ao porto.

A Vale detém uma participação de mais de 90 por cento do projeto, segundo o jornal, que acrescentou que a Mitsui irá financiar o investimento com dinheiro próprio e empréstimo do banco japonês de cooperação internacional.

((Tradução Redação São Paulo, +5511 56447719))

51-05/12/2014

Obras em mina de cobre da Rio Tinto reduzirão produção em 2015

LONDRES (Reuters) - A mineradora global Rio Tinto prevê que o excedente de produção irá pressionar os preços do cobre no médio prazo e disse que sua produção dessa commodity irá encolher em 2015, principalmente devido à reforma em sua unidade Kennecott Utah, nos Estados Unidos, para evitar outro deslizamento de terra.

A operação de Kennecott foi atingida por um deslizamento de grande dimensão em abril do ano passado, que deslocou 150 milhões de toneladas de material e soterrou uma seção da mina de poço a céu aberto.

Para evitar uma repetição, a Rio Tinto terá que realizar obras para proteger a estabilidade do muro do poço, uma das principais razões pelas quais a produção cairá para 500-535 mil toneladas no ano que vem --em 2014 ela foi estimada em 615 mil toneladas.

O cobre é a terceira maior fonte de lucro da Rio Tinto, que também extrai minério de ferro e diamantes.

"Quando o deslizamento aconteceu, foi tomada a decisão de recomeçar o mais rápido possível... para utilizar tantas unidades de cobre e tanto dinheiro quanto pudéssemos. Mas deixamos muito claro que em algum momento haveria alguma redução no cobre", disse Jean-Sébastien Jacques, chefe da divisão de cobre da Rio, aos investidores nesta quinta-feira.

"Acredito que foi a decisão certa para tirar proveito dos preços altos do cobre... mas agora não temos escolha. Precisamos fazer algumas obras para proteger a integridade do poço."

A Rio Tinto está cogitando tratar concentrados de outra empresa em larga escala no fundidor de cobre da unidade Kennecott pela primeira vez, afirmaram algumas fontes.

Jacques afirmou crer que o mercado do minério continuará com excedente no médio prazo e que isso irá pressionar os preços.

(Por Silvia Antonioli)

52-05/12/2014

Rio Tinto não está buscando aquisições para se defender de Glencore

Reuters

LONDRES (Reuters) - A empresa global de mineração Rio Tinto não está buscando realizar qualquer grande aquisição para se proteger de uma potencial aquisição da Glencore, afirmou o presidente-executivo da mineradora, Sam Walsh, em uma reunião com investidores nesta quinta-feira.

Desde que a Rio Tinto rejeitou uma abordagem da rival de menor porte Glencore em julho, a especulação tem aumentado de que poderia se apressar para fazer uma aquisição para aumentar suas defesas contra outra tentativa da gigante da mineração e do trading.

Mas o chefe da Rio Tinto disse que o foco se mantém na melhoria das operações de mineração e na entrega de mais dividendos aos acionistas, ao invés do envolvimento em operações de fusões e aquisições.

"Eu vejo especulação de que vamos sair correndo e comprar alguém. Asseguro a vocês que não estamos olhando para qualquer grande fusão e aquisição. Nós não estamos olhando para fazer algo estúpido", disse Walsh.

(Por Silvia Antonioli)

53-05/12/2014

Lagarde recomenda ajuste fiscal e elogia declarações de Levy

Por **Sergio Lamucci** | De Washington

Christine Lagarde: "Encorajada" por comentários feitos por Levy ao ressaltar compromisso com a sustentabilidade fiscal

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, recomenda mais disciplina fiscal ao Brasil para o país reduzir o seu nível de endividamento, num quadro em que as taxas de juros são bastante elevadas. "Juros acima de 10% sobre uma relação dívida/PIB de cerca de 65% resultam em vários pontos percentuais do PIB pagos aos credores", nota Lagarde.

Nesse cenário, ela se diz "encorajada" pelos comentários feitos na semana passada por Joaquim Levy, o futuro ministro da Fazenda, "em que ele ressaltou o compromisso do governo com a sustentabilidade fiscal e com políticas macroeconômicas equilibradas".

Para ela, "essas medidas, combinadas com um foco continuado em manter os índices de inflação sob controle, serão fundamentais para fortalecer a confiança, impulsionar o crescimento e permitir assim que o avanço na inclusão social prossiga no país".

Nas estimativas do Fundo, a dívida bruta brasileira deve ficar neste ano em 65,8% do PIB. Pelo critério usado no Brasil, que exclui os títulos do Tesouro na carteira do Banco Central (BC), ela atingiu 62% do PIB em outubro.

Lagarde falou na semana passada ao **Valor** e ao jornal chileno "La Tercera". Hoje e amanhã, o FMI e o Ministério da Fazenda do Chile promovem, em Santiago, a conferência "Desafios para assegurar o crescimento e uma prosperidade compartilhada na América Latina". O **Valor** é parceiro de mídia do evento.

Ao tratar da combinação de baixo crescimento e inflação alta experimentada pelo Brasil nos últimos anos ela diz acreditar que o problema se dá principalmente pelo lado da oferta. Para enfrentar esse quadro e melhorar as perspectivas para a economia, Lagarde sugere projetos de infraestrutura e reformas estruturais que melhorem a educação, a saúde, o ambiente de negócios e facilitem o investimento.

O déficit em conta corrente do Brasil, por sua vez, não é um motivo de preocupação excessiva para Lagarde, ainda que tenha atingido 3,7% do PIB nos 12 meses até outubro. O nível elevado de reservas internacionais e o volume expressivo de investimentos estrangeiros diretos são pontos positivos, segundo ela.

Lagarde também tratou do momento de transição da América Latina, que não conta mais com os preços exuberantes de commodities. Melhorar a infraestrutura e a produtividade dessas economias, investindo em capital humano, são pontos importantes para os países da região lidarem com esse cenário de produtos básicos mais baratos.

Emergentes como o Brasil também terão pela frente a normalização da política monetária americana. Segundo ela, a alta dos juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deverá elevar as taxas de longo prazo nos EUA, o que pode provocar um movimento de retorno dos capitais para a economia americana. Para esse tipo de instabilidade, "os mercados emergentes podem se preparar trabalhando nos seus fundamentos, garantindo que têm amortecedores, assegurando que têm tanto uma política monetária quanto reservas disponíveis para resistir a episódios excessivos de volatilidade", diz Lagarde.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *O FMI vai realizar a conferência sobre a América Latina em Santiago e no ano que vem o encontro anual com o Banco Mundial será em Lima, no Peru. Isso indica maior proximidade do Fundo com a região? Há uma abordagem diferente, de se aproximar dos países latino-americanos numa situação melhor, em vez de fazer isso num momento de crise?*

Christine Lagarde: O FMI deve ter uma abordagem ampla e completa em relação a todos aos seus 188 países membros. Isso significa que nós temos que ser capazes de ser o Fundo Monetário de todas as situações seja na crise, na estabilidade ou na prosperidade. Independentemente se oferecemos supervisão ou aconselhamento de políticas, assistência técnica ou apoio financeiro em caso de dificuldade, nós temos que estar sempre disponíveis. Em relação a conferência em Santiago, nós realizamos um evento de alto nível em Aman, na Jordânia, no ano passado para toda a região do Oriente Médio. E fizemos o mesmo na África neste ano, com uma grande conferência regional em Moçambique. E agora iremos para a América Latina, em Santiago. O objetivo é alavancar o conhecimento e a qualificação intelectual de todos os participantes do encontro, incluindo o FMI, mas também de ministros das Finanças, presidentes de bancos centrais e membros da comunidade acadêmica, para focar nas transições pelas quais todas as regiões, inclusive a América Latina, passam no momento.

Valor: *Que transições?*

Lagarde: No caso latino-americano, houve uma década de preços de commodities elevados, de crescimento confortável, para um estágio em que os preços desses produtos estão em queda, com a atividade desacelerando. Isso implica uma transição, e uma diversificação será necessária para muitas economias da América Latina. Essa é a abordagem que adotamos, um foco regional quando há umnexo regional. Muitos países latino-americanos exportadores de commodities enfrentam a mesma dificuldade.

"Reformas estruturais e mais investimento em infraestrutura ajudariam de fato a levantar o crescimento"

Valor: Neste ano, a desigualdade ganhou espaço na agenda. Na América Latina, porém, a classe média cresceu a um ritmo forte na última década. O que fez esse assunto ganhar visibilidade no debate global?

Lagarde: A publicação do livro de Thomas Piketty ("O Capital no século XXI") teve um grande papel. Nós, porém, já vínhamos trabalhando na questão da desigualdade por alguns anos, e publicamos estudos sobre o papel da desigualdade e do crescimento e sobre o impacto de políticas redistributivas na desigualdade, sem esperar que Piketty publicasse o seu livro. Um dos motivos pelos quais Piketty se tornou mais popular, no meu ponto de vista, é que ele reuniu uma grande quantidade de dados e colocou os holofotes nos EUA e em outras economias avançadas. Quando você volta o espelho para uma economia muito próspera, em que as desigualdades cresceram, isso provoca esse tipo de reação. É um bom debate para se ter, porque os resultados dos nossos estudos são de que desigualdade excessiva não é boa para o crescimento econômico sustentável. Em relação à melhora do padrão de vida da população pobre e, conseqüentemente, o aumento da classe média, são bons acontecimentos se forem suficientemente inclusivos.

Valor: A zona do euro e o Japão continuam a crescer pouco e os EUA são a única das grandes economias avançadas a crescer mais rápido. A recuperação global vai continuar fraca e desigual por um longo período, e quais as conseqüências desse cenário para os emergentes?

Lagarde: Não podemos esquecer que a economia global está crescendo. A tendência é focar em quão frágil e desigual é o crescimento, e em como isso ameaça a recuperação. Mas ela está crescendo. A nossa projeção é que a economia global crescerá um pouco mais de 3% neste ano e 3,8% no ano que vem. Não é como se ela estivesse parada. Os riscos que eu mencionei no encontro anual [do FMI e do Banco Mundial, realizado em outubro, em Washington] são a combinação de um crescente risco geopolítico, da mudança dessincronizada da política monetária nos países desenvolvidos e o impacto que essa mudança pode ter sobre os países receptores de fluxos de capitais. Além disso, existe esse fator que eu chamei de "novo medíocre" para descrever uma combinação em muitos países de baixa inflação, baixo crescimento e alto desemprego. Na América Latina, a situação é um pouco diferente, porque você tende a ter inflação mais alta do que na Europa e no Japão, o que pede uma política monetária diferente. Há também um

menor crescimento, mas ainda há crescimento. Em alguns países, não em todos, a taxa de desemprego caiu. O quadro varia a depender dos países, mas eu identifiquei esse "novo medíocre" como uma das ameaças se as autoridades não tomarem as decisões corretas. Eu não acho que seja um destino inevitável para a economia global caminhar nessa direção. Se as autoridades tomarem as decisões corretas, com o objetivo de estimular o crescimento amigável a empregos, isso pode ser evitado.

Valor: *E o cenário para os mercados emergentes?*

Lagarde: Nós estamos numa grande fase de transição. A China, por exemplo, está saindo de um crescimento liderado pelas exportações para olhar mais dentro do país. Depois de muito investimento, caminha na direção de mais consumo. Em consequência, o nível do crescimento ao longo do tempo caiu de 10%, há cerca de seis ou sete anos, para ao redor de 7% atualmente, e talvez menos do que isso no futuro. Na América Latina, muitos países dependeram pesadamente - e este é o caso do Chile - de uma indústria extrativa, com muitos investimentos indo para a mineração e todo o crescimento que era gerado pelo setor. Bem, isso claramente vai desacelerar, porque haverá menos demanda e a economia chilena vai mudar ao longo do tempo. O Brasil também passa por um fenômeno parecido, com uma economia muito mais ampla, com quase 200 milhões de pessoas e políticas sociais maciças, que tiraram muitas pessoas da pobreza em que estavam há dez anos.

Valor: *A normalização da política monetária nos Estados Unidos vai aumentar a volatilidade nos mercados financeiros globais? Como os países emergentes devem se preparar para esse cenário de juros mais altos nos EUA?*

Lagarde: Nós tivemos um período de volatilidade incredivelmente baixa, e é provável que haja uma transição para um nível mais normal de volatilidade. Com o fim das compras de ativos pelo Federal Reserve, a política monetária americana vai usar, digamos entre o curto e o médio prazo, instrumentos mais tradicionais - as taxas de juros. Isso deverá ter um efeito nos juros mais longos nos EUA, que presumivelmente vão subir, devendo induzir a um movimento de capitais de onde eles são atualmente remunerados de volta para os EUA. Para esse tipo de volatilidade previsível, os mercados emergentes podem se preparar trabalhando nos seus fundamentos, garantindo que têm amortecedores, assegurando que têm tanto uma política monetária quanto reservas disponíveis para resistir a episódios excessivos de volatilidade. Uma coisa, de um certo modo, é que em maio de 2013 e um pouco em outubro deste ano nós tivemos pequenos sinais, como se fossem pequenos ensaios, de que poderia haver um pânico. Então nós vimos os países que reagiram prontamente e estavam fortes praticamente não sofreram nenhum efeito. Estou pensando na Coreia do Sul, por exemplo. Mas se você olhar para a Indonésia e a Índia a situação foi diferente, porque as políticas macroeconômicas não estavam tão sólidas e confiáveis como a de um país como a Coreia.

Valor: *O superciclo de commodities acabou. Em que medida os preços mais baixos desses produtos explicam o crescimento mais baixo na América Latina e o que os países da região devem fazer para lidar com essa nova situação?*

Lagarde: Para aqueles países que dependem pesadamente da extração, comércio e exportações de commodities, a demanda está provavelmente mais fraca e os preços estão certamente menores. Claramente, isso tem um impacto sobre esse crescimento mais lento. A grande pergunta é o que fazer agora, como melhorar a qualificação da população, tornar o ambiente de negócios mais amigável, encontrar novas fontes de crescimento, como desenvolver o setor de serviços, por exemplo. Essas serão as próximas questões. Já o Brasil é um mercado muito grande e profundo, com muitas oportunidades. Mas, na minha avaliação, um dos princípios comuns que vamos debater em Santiago é - existe a infraestrutura necessária, por exemplo? Nós temos o nível adequado de infraestrutura em termos de energia, transporte e portos? Segundo, como nós podemos melhorar a produtividade dessas economias, e como reforçar o capital humano por meio de um melhor sistema de educação, como o Chile está planejando.

"Nós não estamos excessivamente preocupados com a situação da conta corrente do Brasil"

Valor: *O Brasil tem experimentado uma combinação de baixo crescimento e alta inflação nos últimos anos. O que explica essa tendência e como o Brasil pode enfrentá-la?*

Lagarde: No Brasil, o que parece intrigante é que, por todas as medidas e pelos sinais que observamos, parece existir pouca ociosidade na economia. Quando nós olhamos para a taxa de desemprego, ela está em queda. É um pouco como um quebra-cabeça, na verdade, mas nós acreditamos que é mais um problema do lado da oferta. Reformas estruturais voltadas para o mercado brasileiro e mais investimento em infraestrutura ajudariam de fato a levantar o crescimento. Ter uma combinação de baixo desemprego e inflação alta não é incomum segundo os princípios econômicos, mas na nossa visão isso pode ser enfrentado por esses dois canais - reformas estruturais e projetos de infraestrutura.

Valor: *Quais as principais reformas estruturais?*

Lagarde: Reformas na educação, na saúde, na infraestrutura, em relação ao ambiente de negócios, para ajudar a facilitar a abertura de negócios. E também há a questão dos projetos de investimento em que as pessoas querem investir, mas há a necessidade de várias autorizações.

Valor: *Apesar do baixo crescimento, o déficit em conta corrente brasileiro está na casa de 3,7% do PIB em 12 meses. Em que medida isso é motivo para preocupação?*

Lagarde: Não, nós não estamos excessivamente preocupados com a situação da conta corrente do Brasil. Primeiro, porque o Brasil tem reservas significativas e foi muito

cauteloso em acumulá-las porque a nossa avaliação é que a moeda está moderadamente sobrevalorizada, ou seja, provavelmente está mais apreciada do que depreciada em comparação com outras. Há muito investimento estrangeiro direto. Nós não estamos excessivamente preocupados com o balanço em conta corrente.

Valor: *O déficit fiscal brasileiro está em 5% do PIB no acumulado em 12 meses e houve um aumento da dívida bruta como proporção do PIB, devido a um superávit primário menor e o crescimento baixo. Como a sra. analisa as contas fiscais brasileiras e o que o Brasil deve fazer nesse front?*

Lagarde: Há um número que você não mencionou, que são os juros pagos pelo Brasil que incidem sobre a dívida, acima de 10%. Juros acima de 10% sobre uma relação dívida/PIB de cerca de 65% resultam em vários pontos percentuais do PIB pagos aos credores do Brasil. A nossa recomendação seria, por meio de política macroeconômica, tentar reduzir o nível de endividamento, para diminuir o impacto do serviço da dívida sobre o orçamento geral do Brasil e restaurar a situação. Essa seria uma recomendação forte.

Valor: *Por meio de mais disciplina fiscal?*

Lagarde: Sim. Nesse contexto, eu fiquei encorajada pelos comentários feitos pelo ministro indicado para a Fazenda, Joaquim Levy, em que ele ressaltou o compromisso do governo com a sustentabilidade fiscal e com políticas macroeconômicas equilibradas. Como as novas autoridades afirmaram, essas medidas, combinadas com um foco continuado em manter os índices de inflação sob controle, serão fundamentais para fortalecer a confiança, impulsionar o crescimento e permitir assim que o avanço na inclusão social prossiga no país.

54-05/12/2014

Para analistas, Vale terá anos difíceis até 2016

Por **Francisco Góes | Do Rio**

A Vale tem pela frente anos desafiadores em 2015 e 2016. Serão dois anos em que a empresa terá de conviver com redução nos ganhos e margens comprimidas, como mostrou relatório do Credit Suisse divulgado logo depois do encontro anual da diretoria da mineradora com investidores na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), o "Vale Day", na terça-feira. Alguns dos analistas que participaram do evento parecem ter saído da reunião com um sentimento ambíguo em relação ao futuro da empresa. Hoje, os executivos da Vale se reúnem com representantes do mercado de capitais em Londres.

Há no mercado um reconhecimento pelo "dever de casa" que a Vale vem fazendo com a adoção de medidas de redução de custos e dos investimentos, o que é importante em um mercado cujos preços para o minério de ferro, o carro-chefe da companhia, estão em trajetória declinante. Em relatório, a Brasil Plural saudou os esforços da administração

da Vale, mas avaliou que o atual cenário de preços do minério de ferro possivelmente requer um pouco mais do que isso (comprometimento dos gestores).

A Vale também aumentou a produção em seus principais segmentos de negócios e vendeu ativos não estratégicos, além de se comprometer a continuar pagando dividendos "saudáveis". Em relatório, a corretora Itaú-BBA afirmou, após o "Vale Day", que essa estratégia bem-sucedida assentou as bases para novos desafios que precisarão ser enfrentados em 2015 e 2016. Apesar desses esforços da administração, os analistas consideram que a tarefa da mineradora não será nada fácil.

Analista de um banco americano que participou do "Vale Day" e preferiu não se identificar disse que a Vale terá dois anos "complicados" em termos de geração de caixa, considerando-se os preços atuais do minério de ferro e levando-se em conta a necessidade de a empresa continuar a investir em grandes projetos, sobretudo no ano que vem, e garantir o pagamento de dividendos aos acionistas. O analista disse que no atual nível de preços do minério de ferro, na faixa de US\$ 70 por tonelada, a Vale enfrenta um "déficit" para fazer frente ao seu plano de investimentos e pagar dividendos em 2015. Esse "déficit" terá de ser coberto pela venda de ativos.

Com um preço médio do minério de ferro a US\$ 87 por tonelada, o analista calculou um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de US\$ 14,5 bilhões no ano que vem, o que permitiria à Vale cobrir investimentos e dividendos. Mas o problema é que hoje o preço do minério de ferro está bem abaixo desse nível. Nesse cenário, a empresa terá que continuar a vender ativos, estratégia que foi reforçada no "Vale Day" com o anúncio de uma lista de atividades que deverá ser total ou parcialmente desinvestida. Alguns desses ativos entraram no rol de venda pela primeira vez, como ações excedentes que a Vale tem na ferrovia MRS Logística e que poderão ser oferecidas.

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, também confirmou que existe a possibilidade de a companhia vender uma parcela minoritária no negócio de metais básicos, opção essa que havia sido antecipada pelo **Valor**. O conjunto dos ativos à venda poderá render à Vale receitas extras entre US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões. O montante inclui parceria na área de carvão, que deverá ser anunciada dia 17, em evento, no Rio.

Para o Credit Suisse, parece improvável que a Vale consiga atingir essa meta de arrecadação a curto prazo. Considerando as estimativas de preços futuros para o níquel e o minério de ferro, o banco avaliou que o Ebitda poderá ser insuficiente para atender às necessidades do plano de investimentos.

A companhia anunciou plano de investimentos de US\$ 10,2 bilhões para 2015, inferior aos US\$ 13,8 bilhões previstos para 2014. A redução nos aportes é influenciada pela desvalorização do real e por esforços da diretoria em fazer "mais com menos". O Credit Suisse afirmou ainda, no relatório, que apesar das possíveis vendas de ativos em 2015, o banco espera maior pressão sobre a ação da Vale.

55-05/12/2014

EXPORTAÇÕES DE FERRONÍQUEL DO BRASIL AUMENTAM 86%

As exportações brasileiras de ferroníquel aumentaram 86,6% de janeiro a novembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano passado. O país embarcou 127,9 mil toneladas do produto ante 68,5 mil de 2013, de acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC).

A receita gerada com as exportações de janeiro a novembro somou US\$ 671,6 milhões. O montante representa um aumento de 117% na comparação com os US\$ 308,6 milhões do ano passado.

O país que mais comprou essa ferroliga brasileira foi a Holanda, com 26,1 mil toneladas do produto. Na sequência, entre os primeiros, aparecem China, com 24,1 mil toneladas; Itália, com 21,1 mil toneladas; e Finlândia, com 20,6 mil toneladas.

O porto que mais embarcou ferroníquel neste ano foi o de Santos (SP), com 110,7 mil toneladas. O segundo porto que mais embarcou, com enorme diferença para o primeiro, foi o de Vila do Conde, em Barcarena (PA).

Os principais produtores de ferroníquel do Brasil são Vale, Anglo American e Votorantim. A Vale possui a Mineração Onça Puma (MOP), em Ourilândia do Norte (PA), que produziu 5,8 mil toneladas de ferroníquel no terceiro trimestre deste ano, uma alta de 11,3% na comparação com os três meses anteriores.

Onça Puma ficou paralisada durante um período para a reconstrução de um dos fornos que são utilizados para a produção do metal. A Vale fez várias melhorias na operação, como a utilização de novos refratários, o novo sistema de transferência de calcinado e as novas unidades de abertura e tamponamento do produto.

A Anglo detém as unidades de Barro Alto e Niquelândia, ambas em Goiás. A mineradora tem uma capacidade de produção de 10 mil toneladas de níquel contido em ferroníquel por ano em Barro Alto e de 36 mil toneladas de níquel contido em ferroníquel em Niquelândia.

A Votorantim também possui uma unidade Niquelândia (GO) para a produção de níquel e ferroníquel. A companhia também produz o metal nas unidades de Fortaleza de Minas (MG) e São Miguel Paulista (SP).

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

56-05/12/2014

DNPM AVANÇA EM SEU PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), por meio da Diretoria de Gestão Administrativa e a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento implanta na autarquia o novo sistema de alta tecnologia da informação para permitir, inicialmente, a realização de reuniões de videoconferência.

Com esse passo, o DNPM avança em termos de Logística Sustentável, uma das preocupações do atual Governo Federal.

O diretor de Gestão Administrativa Substituto do órgão, Marcus Flávio, destaca que o investimento nesta tecnologia tem uma relação benefício/custo favorável e o retorno do investimento em curto prazo, posto que afeta diretamente a redução de despesas com viagens a serviços e vai melhorar a comunicação entre as Superintendências e a Sede.

Marcus disse ainda que a comunicação e, conseqüentemente, a realização de reuniões pode se dar entre a sede e as Superintendências e entre as próprias unidades regionais do órgão.

O coordenador-geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento, Fábio Borges, afirma que a transmissão de dados e vídeo é criptografada, permitindo maior segurança e que a transmissão de dados pode se processar instantaneamente entre diversos pontos.

Fonte: DNPM

57-05/12/2014

O FUTURO DA AGENDA PÓS-2015 DEPENDE DO ENGAJAMENTO

Representantes da sociedade civil, de governos e das indústrias extrativas se reuniram para debater como o setor pode ajudar a promover o desenvolvimento sustentável.

“Ao conduzir suas atividades, as indústrias extrativas podem tirar milhões de pessoas da pobreza”, afirmou Jessica Faieta, diretora e administradora assistente do Centro Regional para a América Latina e o Caribe do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDPLAC), na abertura do Diálogo sobre o setor extrativo e o desenvolvimento sustentável: fortalecendo a cooperação público-privada-comunitária no contexto da Agenda Pós-2015, que teve início no último dia 3 e termina na hoje.

O primeiro dia do evento focou as expectativas para o debate. Carlos Nogueira da Costa Júnior, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – representando o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão – afirmou que o diálogo servirá para encontrar um entendimento comum sobre o aproveitamento dos recursos naturais, com responsabilidade social, ambiental e econômica. “Os mecanismos de diálogo atualmente disponíveis para a participação das comunidades no desenvolvimento estão aquém da magnitude que o setor extrativista representa para as economias nacionais”, disse ele.

Barbara de Oliveira, diretora executiva da Ecosynergy, destacou os princípios do diálogo, que deve continuar ao longo da semana, mas, sobretudo, no futuro da Agenda pós-2015, por meio de novas redes que devem ser estabelecidas ao longo do encontro. “Os princípios do nosso diálogo são: foco naquilo que é mais importante, construção de relacionamentos, incentivo à ação positiva e promoção de diálogos mais amplos”, disse.

“O diálogo é uma maneira de construir confiança”, afirmou Ricardo Vescovi de Aragão, CEO da Samarco, “e a confiança deve vir de um diálogo franco, ético e transparente”. Já o embaixador do Reino Unido no Brasil, Alex Ellis, observou que o setor extrativo é um setor chave, e continuará a ser por muitos anos, em termos econômicos e em termos dos impactos no mundo em desenvolvimento.

Armando Tripodi, gerente executivo de Responsabilidade Social da Petrobrás, destacou a importância das empresas iniciarem o diálogo com as comunidades que serão atingidas por suas operações. “Quando há diálogo, é possível que os investimentos tenham retornos benéficos tanto para as empresas quanto para as comunidades e todos os envolvidos nas dinâmicas locais”, disse Tipodi.

A líder de povos indígenas, Mirna Cunningham, da Nicarágua, destacou a importância de superar as lacunas entre os direitos que são reconhecidos aos povos indígenas em sua relação com o setor extrativo e a realidade. “Nós aceitamos o diálogo, mas o diálogo é só um instrumento. O que nós precisamos é alcançar acordos. Nós precisamos construir confiança, mas não se constrói confiança com palavras. Constrói-se confiança mudando a maneira como as coisas têm sido feitas”, diz Mirna.

O representante residente PNUD e coordenador residente do Sistema ONU no Brasil, Jorge Chediek, destacou que o setor extrativo pode ser uma fonte de grandes investimentos nos países em desenvolvimento, portanto é um ator central em termos de potencial econômico nesses países. “Há uma mudança nos paradigmas sobre como produzimos, consumimos e interagimos uns com os outros. Um dos maiores desafios que temos pela frente é como desenvolver um sistema de incentivos, negativos e positivos, para que todos os atores possam vir e fazer parte desta visão de mundo que estamos construindo. Temos de fazer este entendimento ser tão atraente, tão lógico, tão básico, que ele se tornará o único caminho possível.”

“Diálogos sobre o setor extrativo” continua hoje, com painéis sobre a promoção do crescimento econômico sustentável e da geração de empregos por meio da industrialização e sobre a proteção do meio ambiente, com atenção especial ao uso sustentável dos recursos marinhos, florestas e ecossistemas.

Fonte: PNUD

58-05/12/2014

PARCERIAS COM EMPRESAS LOCAIS FOI TEMA DE DISCUSSÃO DO DIÁLOGO SOBRE SETOR EXTRATIVO

Geração de empregos e movimentação da economia local estão entre os benefícios que podem ser oferecidos para as comunidades com essas parcerias.

“No Rio Grande do Sul reduzimos em 27% o número de famílias que utilizavam o Bolsa Família do Governo Federal, graças aos empregos gerados no local”, afirmou Paulo Sergio Rodrigues Alonso, coordenador executivo do Programa para a Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo (PROMINP), sobre uma parceria que desenvolveu com a Petrobrás e o Sebrae, que possibilitou o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, com o objetivo de desenvolver fornecedores locais para a empresa nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Alonso participou da sessão paralela As parcerias entre empreendimentos locais para a construção de cadeias de valor competitivo: papéis dos setores público e privado. A sessão deu continuidade à primeira plenária do evento Diálogo sobre o setor extrativo e o desenvolvimento sustentável: fortalecendo a cooperação público-privada-comunitária no contexto da Agenda Pós-2015.

Esta sessão foi mediada por Casper Sonesson, assessor para política mundial das Indústrias Extrativas do PNUD em NY e também contou com as participações de André Luís Machado de Vasconcelos, da Votorantim; Pascal Mduma, do governo da Tanzânia; Lahra Liberti, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e Gianluca Nardi, da Care Internacional.

O formato em círculo das sessões paralelas permite que os participantes também dialoguem com os palestrantes.

Vasconcelos, representante da Votorantim, também contou a experiência da parceria que a empresa tem com a Anglo American e a Anglo Gold Ashanti, no estado de Goiás. “As três empresas resolveram se unir e hoje atuam em 12 municípios de Goiás. Claro que temos desafios como a fragilidade dos fornecedores locais e necessidade de suprimentos de produtos e serviços, mas com planejamento é possível que empresas do mesmo setor cooperem numa base sólida”, concluiu Vasconcelos.

De acordo com os posicionamentos dos representantes, a conclusão da sessão é que o setor extrativo pode e deve estimular negócios locais ajudando a gerar ainda mais empregos e movimentar a economia local.

Fonte: PNUD

